



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Prezados Acionistas,
 A administração da AES Tietê Energia S.A. ("AES Brasil" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as suas demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

PERFIL

A Companhia investe há mais de 20 anos no Brasil e é uma geradora de energia elétrica 100% renovável do país, com classificação ESG nível "A" no MSCI, um dos principais rankings de avaliação a resiliência de uma empresa a riscos ESG. Com uma capacidade instalada operacional e em construção que somam 3,9 GW de energia exclusivamente renovável, seu portfólio é composto por fontes hidráulica, eólica e solar, com plantas localizadas nos Estados de São Paulo, Bahia e Rio Grande do Norte, além de um pipeline em análise com capacidade para mais 7,0 GW.

Sua posição estratégica se destaca das demais geradoras por constituir um veículo de crescimento em energia renovável, com investimento contínuo na expansão de seu parque gerador, bem como no desenvolvimento de novas tecnologias e produtos inovadores, complementares ao seu posicionamento no mercado de energia. Da comercialização da energia gerada por suas usinas ao desenvolvimento de soluções de energia renovável de pequeno e grande porte, a AES Brasil se apresenta como viabilizadora da integração da sustentabilidade aos negócios de seus clientes.

As units da Companhia são negociadas no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código TIET11, sendo cada unit formada por 4 ações preferenciais e 1 ação ordinária de emissão da Companhia. As units integram o Índice de Energia Elétrica ("IEE") e o Índice de Sustentabilidade Empresarial ("ISE") da B3.

Em dezembro de 2020, a Companhia divulgou o processo de reorganização societária, que permitirá a ampliação da sua capacidade de crescimento com a criação e listagem da nova holding, AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil Energia"). A reestruturação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de janeiro de 2021 e, após a conclusão do processo, todos os atuais acionistas da AES Tietê Energia S.A. passarão a ser acionistas da AES Brasil Energia, com manutenção do percentual de participação. A AES Brasil Energia será listada no segmento Novo Mercado, mais alto nível de governança corporativa da B3.

Portfólio

A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). Atualmente, a AES Brasil conta com um portfólio de ativos renováveis com uma capacidade instalada total de 3,9 GW, sendo 2.658,4 MW hídrico, 941,1 MW eólico e 294,1 MW solar. Além disso, a Companhia possui em desenvolvimento parte de seu pipeline eólico, ainda em negociação, que poderá adicionar até 1,4 GW de capacidade instalada. Após a finalização dos projetos em desenvolvimento e pertencentes ao pipeline, o portfólio da Companhia contará com 5,2 GW de capacidade instalada.

Fonte Hídrica

O portfólio hidráulico da Companhia é composto por nove usinas hidráulicas ("UHEs") e três pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs").

Usinas Hidrelétricas	Localização (Estado)	Bacia Hidrográfica	Entrada em Operação	Unidades Geradoras	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física Bruta (MWm)	Vencimento da Concessão
Água Vermelha	SP	Rio Grande	1978	6	1.396,2	731,0	dezembro/2029
Bariri	SP	Tietê	1969	3	143,1	62,7	dezembro/2029
Barra Bonita	SP	Tietê	1963	4	140,8	47,8	dezembro/2029
Caconde	SP	Rio Grande	1966	2	80,4	33,2	dezembro/2029
Euclides da Cunha	SP	Rio Grande	1960	4	108,8	49,2	dezembro/2029
Ibitinga	SP	Tietê	1969	3	131,5	70,3	dezembro/2029
Limoeiro	SP	Rio Grande	1958	2	32,0	14,8	dezembro/2029
Nova Avanhandava	SP	Tietê	1982	3	347,4	132,1	dezembro/2029
Promissão	SP	Tietê	1975	3	264,0	98,8	dezembro/2029
PCH Mogi	SP	Mogi Guaçu	1994	2	7,2	4,0	dezembro/2029
PCH S. Joaquim	SP	Mogi Guaçu	2011	1	3,0	1,3	dezembro/2032
PCH S. José	SP	Mogi Guaçu	2012	2	4,0	1,6	dezembro/2032
Total Portfólio Hídrico				35	2.658,4	1.246,8	

Fonte Eólica

Em 03 de agosto de 2017, a AES Brasil concluiu a aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão II, o primeiro ativo eólico do portfólio da Companhia. Em novembro e dezembro de 2019, a Companhia anunciou a realização de dois contratos de compra e venda de energia, que serão supridos pelo Complexo Eólico Tucano, o qual tem início de construção previsto para 2021.

Em 02 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição do Complexo Eólico Ventus, ativo operacional localizado no Rio Grande do Norte que adiciona 187,0 MW ao portfólio da Companhia.

Em 27 de dezembro de 2020, a AES Brasil anunciou o acordo de aquisição dos Complexos Eólicos MS e Santos. Os complexos estão localizados nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, costa da região Nordeste, e encontram-se em operação desde 2013. Possui 158,5 MW de capacidade instalada, 100% contratado no mercado regulado (LER 2009 e LEN 2011) e comercializado por leilões de reserva e de energia nova por 20 anos.

Em 17 de fevereiro de 2021, a Companhia assinou um PPA com a Minasligas para o fornecimento de 21MWm pelo prazo de 20 anos, a partir de 2023. O projeto será suprido pelo Complexo Eólico Cajúna e o início de sua construção é esperado para 2021.

Além disso, a Companhia possui ~1,4 GW de pipeline de projetos eólicos prontos para venda, incluindo 260,4 MW do Complexo Eólico Tucano e o acordo de compra de 1,1 GW de projeto *greenfield* eólico no Rio Grande do Norte - Complexo Eólico Cajúna - assinado em março de 2020.

Complexos Eólicos	Local	Entrada em Operação	Unidades Geradoras	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física Bruta ¹ (MWm)	Energia Assegurada ² (MWm)	Fim do PPA	Preço do PPA	Fim da Autorização
OPERAÇÃO									
Complexo Alto Sertão II			230	386,1	183,6	178,7			
LER 2010	BA	2014	100	167,7	83,2	76,2	agosto/33	208,82	maio/46
LEN 2011 ³	BA	2015	130	218,4	100,4	102,5	dezembro/35	160,92	abril/47
Complexo Ventus			112	187,0	65,8	65,6			
LER 2009	RN	2014	112	187,0	65,8	65,6	maio/34	269,33	dezembro/45 ⁷
DESENVOLVIMENTO									
Complexo Tucano				322,4	157,2	139,6			
Fase 1 ⁴ (ACL)	BA	-	-	155,0	78,0	68,0	dezembro/42	-	-
Fase 2 (ACL)	BA	-	-	167,4	79,2	71,6	dezembro/36	-	-
Complexo Cajúna				45,6	25,0	22,0			
Minasligas (ACL)	RN	-	-	45,6	25,0	22,0	dezembro/42	-	-
PIPELINE⁵									
Complexo Tucano				260,4					
Fase 3	BA	-	-	260,4	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Cajúna⁶				1.100,0					

¹ Garantias físicas à P50; ² Garantia Física à P90; ³ LEN A sofreu revisão de sua garantia física em 2019 (-4,2%) e 2020 (-0,6%); ⁴ Fase 1 *joint venture* com controle compartilhado; ⁵ Complexo Tucano: acordo de opção assinado em junho de 2019, com período de exclusividade atrelado; ⁶ Complexo Eólico Cajúna: acordo de compra assinado no 1T20 com período de exclusividade atrelado, cuja aquisição da primeira fase, com 420 MW de capacidade, foi aprovada pela CADE em setembro de 2020; ⁷ Fim da autorização em dezembro de 2045 para Rei dos Ventos 1 e 3, e agosto de 2045 para Missaba 3.

Fonte Solar

Em 3 de setembro de 2018, a AES Brasil concluiu a aquisição do Complexo Solar Guaimbê, que passou a contribuir para o resultado da Companhia a partir do mesmo mês.

Em 2017, por meio da aquisição da Fase 1 e comercialização da Fase 2 em leilão, a AES Brasil adicionou o Complexo Solar Ouroeste ao seu portfólio de ativos. O complexo teve entrada em operação comercial faseada, sendo que a primeira delas iniciou operação comercial em 14 de agosto de 2019 e a segunda iniciou sua operação comercial em 29 de novembro do mesmo ano.

Complexos Solares	Local (Estado)	Entrada em Operação Comercial	Unidades Geradoras	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Energia Assegurada (MWm)	Fim do PPA	Fim da autorização
OPERAÇÃO								
Complexo Guaimbê			557.490	150,0	29,5	29,5	setembro/37	junho/50
Complexo Ouroeste			522.760	144,1	35,7	35,8	-	-
Fase 1	SP	agosto/19	246.240	69,1	15,9	15,9	outubro/38	junho/51
Fase 2	SP	novembro/19	276.520	75,0	19,9	19,8	dezembro/40	junho/53

¹ Aquisição em setembro de 2018.

ESTRATÉGIA DA COMPANHIA

A AES Brasil dedica seus esforços e trabalha para se tornar uma plataforma diversificada de geração, diferenciando-se pelo portfólio 100% renovável, foco no cliente e por sua excelência como gestora de ativos. Nossa estratégia está focada na satisfação dos nossos clientes e na inovação para oferecer novos produtos e soluções em energia. A crescente demanda das empresas brasileiras por sustentabilidade e ganhos de eficiência em suas cadeias produtivas, o que se comprova com o crescimento consistente do mercado livre, direciona o crescimento dos nossos negócios. A meta da Companhia é aumentar sua capacidade de geração, diversificando seu portfólio com fontes não hídricas e contratos de longo prazo. Pilar central desta meta é a diligência na avaliação das oportunidades de crescimento, sempre prezando pela geração de valor aos seus acionistas.

De modo a cumprir com nossa estratégia, a AES Brasil possui 4 direcionadores:

Ser a Melhor Escolha do Cliente no Mercado Livre: implica em oferecer produtos de qualidade, de acordo com as necessidades dos clientes, através da agilidade e digitalização em nossos processos. As discussões regulatórias estão avançando e apontam para mais liberalização e sofisticação do mercado. A abertura do mercado livre de energia trará novas oportunidades de negócios e melhorias para o setor, visando a inclusão de novas tecnologias e instrumentos de melhoria para redução de riscos, acentuando a confiança de financiadores, operadores e investidores. Para fazer frente a estas mudanças queremos estar preparados para oferecer produtos personalizados, promovendo as melhores soluções e experiência aos nossos clientes.

Resiliência: estratégia de crescimento baseada na otimização da margem comercial do portfólio integrado da Companhia vis a vis o risco hidrológico. A AES Brasil atua para reduzir a volatilidade de sua margem e aproveitar as oportunidades de mercado por meio de estudos de inteligência setorial, antecipação das tendências de preços de curto prazo, estreito relacionamento com os clientes e agilidade na implementação da estratégia.

Competitividade: garantir a competitividade por meio da eficiência no desenvolvimento de projetos, construção e operação. A AES Brasil está focada na identificação de soluções inovadoras, tecnológicas, sustentáveis e que sejam melhores práticas. Buscamos projetos que permitam capturar valor em todas as suas fases, inclusive nas operações, mediante o incremento de performance proporcionado por uma equipe qualificada de O&M e uma gestão diligente de seus ativos. Outro ponto de destaque é a centralização das operações de todas as plantas do portfólio pelo Centro de Operação da Geração de Energia (COGE), garantindo a gestão eficiente dos ativos. A Companhia, de forma mais ampla, tem como objetivo garantir a excelência de sua operação, incluindo a otimização de sua estrutura de capital que serve de suporte para a estratégia de crescimento.

Responsabilidade: nossa estratégia tem como pilar primordial a responsabilidade com a sociedade, meio ambiente e com a governança corporativa da nossa Companhia. Aplicamos as melhores práticas em nossas ações e processos, imprimindo a ética e nossos valores em tudo o que fazemos.

GESTÃO COMERCIAL DO PORTFÓLIO DE ENERGIA

Como parte da estratégia da Companhia de buscar a maximização de seus resultados e oferecer soluções customizadas aos seus clientes, no início do ano de 2020, a Companhia estruturou a mesa de comercialização de energia, que possui um time dedicado ao relacionamento com outros geradores e comercializadoras de energia, monitorando diariamente as condições de mercado, buscando ativamente executar operações de compra e venda de energia capazes de agregar margem e/ou reduzir risco do portfólio.

Este movimento de aproximação junto a outras contrapartes de energia, em complemento a já habitual estratégia de relacionamento com os segmentos industriais, garante uma visão abrangente do mercado de energia e uma sensibilidade apurada dos preços praticados, beneficiando assim todo o portfólio para melhores oportunidades de negócio.

(I) Alocação da garantia física: a alocação de parte da garantia física é parte da estratégia de sazonalização de energia, ou seja, o quanto da capacidade de geração hídrica, em MW médios, a Companhia irá alocar mês a mês do ano vigente para atender seus contratos de venda de energia e aproveitar de oportunidades de mercado.

Em 2020, a Companhia adotou a estratégia de seguir à alocação do MRE e seguirá a mesma estratégia para 2021.

(II) Comercialização de energia: A mesa comercializadora tem o objetivo de adequar o balanço energético da Companhia, por meio do melhor entendimento da volatilidade dos preços, visão clara sobre a liquidez de mercado e suas oportunidades. Assumindo uma posição ativa ao longo de 2020, com descontos de cerca de 6% em relação ao preço médio de compra negociado pelo mercado e prêmio de 2% em relação ao preço médio de venda praticado, a margem da Companhia foi acrescida em R\$ 3,5 milhões. O posicionamento da comercialização de energia, por meio da gestão ativa de seu portfólio, é de extrema importância para que os riscos de impactos comerciais sejam mitigados na margem da Companhia.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL - ENERGIA+

Em novembro, a AES Brasil lançou o Energia+, sua plataforma digital de comercialização de energia no varejo. Trata-se de um ambiente centrado no consumidor e planejado de maneira a viabilizar colaborações com parceiros selecionados, proporcionando a simplificação e desburocratização do acesso ao mercado livre e a facilidade de acesso à energia com preços competitivos para seu perfil de consumo.

No final de 2020, a AES Brasil dispunha de uma carteira contratada de mais de 26 MW médios em mais de 350 unidades consumidoras migradas ou em processo de migração na modalidade varejista, consolidando-se como um player relevante no segmento. Por já possuir a expertise de atuação neste mercado, a Companhia dispõe de uma estrutura de serviços compartilhados própria que sustenta a operação, além de um grupo de líderes e analistas com experiência de mais de 15 anos no setor de distribuição, com um amplo conhecimento das necessidades dos clientes e das formas mais eficientes de gerenciar o relacionamento com este público.

Com uma base de clientes com perfis de consumo diversificados, reduzimos os riscos de crédito, uma vez que, dentro de um portfólio mais amplo, cada cliente individual possui menor peso e capacidade de influência, além de simplificarmos a gestão da energia, dadas as diferentes configurações de demanda. Vale mencionar que a Companhia trabalha com um parceiro do mercado financeiro para análise do risco de crédito em tempo real durante o processo de contratação.

No momento, os esforços estão voltados à melhoria nas integrações com os parceiros de negócios e à experiência do usuário.

DESEMPENHO OPERACIONAL

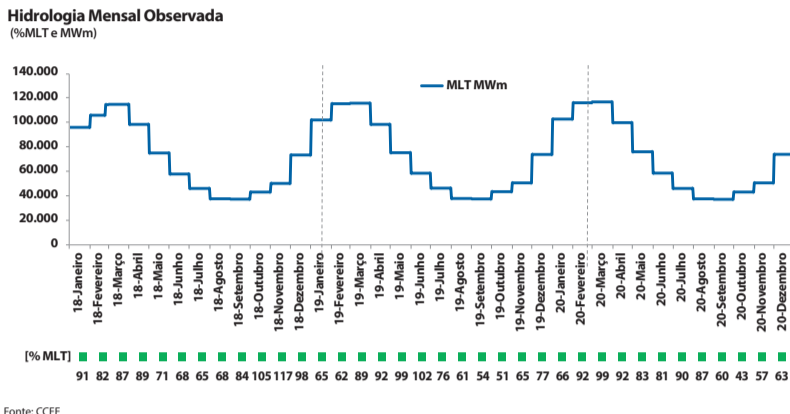
Fonte Hídrica

Energia Gerada

Em 2020, o volume total de energia gerada pelas usinas hidráulicas foi de 10.176,8 GWh, uma redução de 3,5% em comparação a 2019, variação explicada, principalmente, pela menor afluência na bacia do Rio Tietê (2020: 84,2% do MLT vs. 2019: 102,2% do MLT), parcialmente compensado pelo maior despacho da usina de Água Vermelha no 2T20 e 4T20 e aumento da geração no 1T20.

Geração - Usinas Hidráulicas (GWh)	2020	2019	Variação
Energia Gerada Bruta	10.176,8	10.542,7	-3,5%
Água Vermelha	5.825,3	5.618,8	3,7%
Bariri	541,2	626,7	-13,6%
Barra Bonita	448,5	523,3	-14,3%
Caconde	262,8	321,1	-18,2%
Euclides da Cunha	373,1	412,7	-9,6%
Ibitinga	553,7	618,1	-10,4%
Limoeiro	109,7	122,4	-10,4%
Nova Avanhandava	1.186,4	1.311,1	-9,5%
Promissão	847,5	956,3	-11,4%
Mogi/São Joaquim/São José	28,6	32,2	-11,2%
Energia Gerada Líquida	9.920,2	10.316,4	-3,8%

Hidrologia Mensal Observada (%MLT e MWm)



Fonte: CCEE

Fonte Eólica

Energia Gerada

A geração eólica bruta foi 7,6% inferior a 2019, reflexo, principalmente do processo de *constrained-off* no 2T20 e da menor velocidade média dos ventos ao longo do primeiro e quarto trimestre de 2020. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela maior disponibilidade do parque ao longo do ano e da entrada em operação do Complexo Eólico Ventus, em dezembro/2020.

É importante ressaltar que desde o início da administração do parque pela AES Brasil, houve um aumento consistente do fator de disponibilidade do Complexo, reflexo das melhorias operacionais realizadas no ativo. A equipe de O&M segue constantemente aperfeiçoando a performance do Complexo, por meio da implementação de novas técnicas e da excelência na gestão do ativo.

Geração - Parques Eólicos (GWh)	2020	2019	Variação
Energia Gerada Bruta	1.484,3	1.606,3	-7,6%
Alto Sertão II	1.431,3	1.606,3	-10,9%
Alto Sertão II - LER 2010	615,2	684,0	10,0%
Alto Sertão II - LEN 2011	816,1	922,3	-11,5%
Ventus - LER 2009	53,0¹	-	-

¹ Energia bruta gerada no mês de dezembro. De acordo com a CCEE, a geração bruta no ano de 2020 do Complexo Ventus foi de 449,3 GWh.

Fonte Solar

Energia Gerada

Em 2020, a geração bruta atingiu 562,1 GWh, um aumento de 42,8%, reflexo da entrada em operação completa do Complexo Solar Ouroeste no segundo semestre de 2019.

Geração - Parques Solares ¹ (GWh)	2020	2019	Variação
Energia Gerada Bruta	562,1	393,5	42,8%
Guaimbê	254,8	267,1	-4,6%
Ouroeste	307,3	126,4	143,1%

¹ Ouroeste: Fase 1: em operação teste de março/19 a agosto/19; Fase 2: em operação teste de outubro/19 a novembro/19.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Demonstração dos Resultados (R\$ milhões)	2020	2019	Variação (%)
Receita Operacional Líquida	2.011,2	1.998,6	0,6%
Custos de Produção e Operação de Energia	(113,2)	(1.144,3)	-90,1%
Custo da Produção e Operação de Energia	396,5	(624,0)	-
Custo da Operação	(509,7)	(520,3)	-2,0%
Lucro Bruto	1.898,0	854,3	122,2%
Despesas Gerais e Administrativas	(177,8)	(130,3)	36,5%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	28,3	2,0	1.332,9%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(0,3)	-	-
Ebit	1.748,1	726,0	140,8%
Ebitda	2.067,0	1.032,8	100,1%
Receita (Despesa) Financeira	(529,7)	(358,0)	47,9%
Resultado antes dos Tributos	1.218,5	368,0	231,1%
Lucro Líquido	848,0	300,1	182,6%

Receita e Margem Líquida

A margem operacional líquida da AES Brasil totalizou R\$ 2.407,7 milhões no ano, representando um incremento de 75,2% ou R\$ 1.033,1 milhões em comparação a 2019 (R\$ 1.374,6 milhão). Esse resultado pode ser explicado pelo:

- (i) incremento de R\$ 1.005,3 milhão na margem hídrica devido, principalmente, ao ganho extraordinário no 4T20 decorrente do ressarcimento do GSF no montante de R\$ 947,0 milhões, referente a evolução da resolução do tema;
- (ii) aumento na margem solar em R\$ 44,6 milhões, reflexo de 100% da contribuição do Complexo Ouroeste; e
- (iii) redução na margem eólica no valor de R\$ 19,4 milhões, principalmente em função da queda de 7,6% na geração do período, pela: (i) redução de geração demandada pelo ONS no 2T20, sobretudo ao longo dos meses de maio e junho, em decorrência da redução da carga no SIN; e (ii) menor velocidade dos ventos (8,4 m/s em 2019 vs. 7,9 m/s em 2020).

Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas

No ano, os custos operacionais e despesas gerais e administrativas (excluindo depreciação e amortização) totalizaram R\$ 340,4 milhões, em linha quando comparado a 2019 (R\$ 341,8 milhões). Abaixo, os principais destaques:



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Endividamento

Dívidas (R\$ milhões)	Montante ¹	Vencimento	Custo Nominal
AES Tietê Energia²	4.887,3		
5ª Emissão de Debêntures	206,1	dezembro/23	IPCA + 6,54% a.a.
6ª Emissão de Debêntures - 2ª série	366,5	abril/24	IPCA + 6,78% a.a.
7ª Emissão de Debêntures - 2ª série	756,3	fevereiro/23	CDI + 1,30% a.a.
8ª Emissão de Debêntures	203,5	maio/30	IPCA + 6,02% a.a.
9ª Emissão de Debêntures - 1ª série	1.389,0	março/27	CDI + 1,00% a.a.
9ª Emissão de Debêntures - 2ª série	666,0	março/29	IPCA + 4,71% a.a.
9ª Emissão de Debêntures - 3ª série	190,3	março/29	IPCA + 4,71% a.a.
4ª Emissão de Notas Comerciais	181,2	abril/21	CDI + 2,80% a.a.
5ª Emissão de Notas Comerciais	181,2	abril/21	CDI + 3,00% a.a.
6ª Emissão de Notas Comerciais	155,2	abril/21	CDI + 3,00% a.a.
4131 Empréstimo <i>Offshore</i>	592,0	dezembro/25	USD ³ + 1,63% a.a.
AES Tietê Eólica	136,4		
1ª Emissão de Debêntures - 1ª série	67,6	dezembro/25	IPCA + 7,61% a.a.
1ª Emissão de Debêntures - 2ª série	68,8	dezembro/25	IPCA + 7,87% a.a.
Complexo Eólico Ventus (BNDES)	235,2		
Brasventos Eolo	76,9	outubro/29	TJLP + 2,51% a.a.
Brasventos Miassaba	77,2	outubro/29	TJLP + 2,71% a.a.
Rio dos Ventos 3	81,1	outubro/29	TJLP + 2,51% a.a.

¹ Saldo contábil atualizado, considerando principal, juros e custos da transação.

² Não considera arrendamento financeiro.

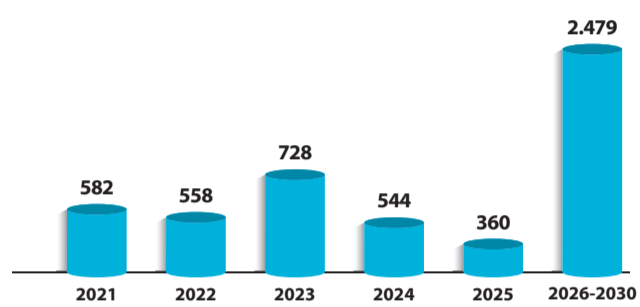
³ Empréstimo *Offshore*, 4131 - vinculado à USD

A dívida bruta consolidada da Companhia encerrou 31 de dezembro de 2020 em R\$ 5,3 bilhões, 23,6% superior à posição de dívida bruta do mesmo período de 2019 (R\$ 4,3 bilhões) especialmente em função (i) da captação de R\$ 500,0 milhões através da 4ª, 5ª e 6ª emissões de notas promissórias, no segundo trimestre deste ano, para fazer frente ao possível cenário de stress acarretado pela pandemia de Covid-19; (ii) da captação do empréstimo *offshore* no montante de R\$ 600 milhões; (iii) do vencimento/liquidação da 4ª Emissão de Debêntures da AES Tietê Energia no montante de R\$ 387,4 milhões; e (iv) da conclusão da aquisição do Complexo Ventus, com assunção da dívida do projeto, financiada pelo BNDES, com saldo de R\$ 235,2 milhões (sendo os três últimos eventos ocorridos em dezembro), além dos juros e atualizações monetárias incorridos entre os períodos.

Em 31 de dezembro de 2020, as disponibilidades somavam R\$ 2,0 bilhões, montante superior em 48,7% ao valor registrado em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1,4 bilhão). Desta forma, a dívida líquida consolidada no final do 4T20 era de R\$ 3,2 bilhões, montante superior em 11,8% à posição registrada no mesmo período do ano anterior (R\$ 2,9 bilhões).

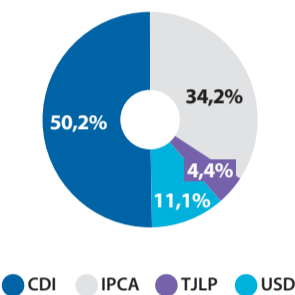
Os gráficos a seguir apresentam a composição dos indexadores do endividamento da Companhia no período, bem como o cronograma de amortização, ambos de forma consolidada.

Cronograma de Amortização da Dívida² (R\$ milhões)



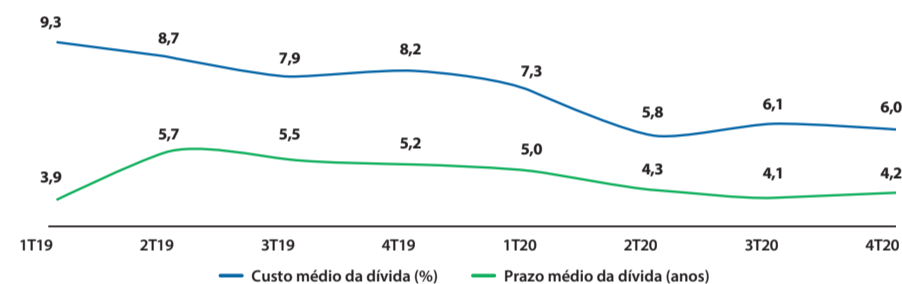
² Fluxo composto por amortização de principal.

Dívida Bruta por Indexador³



³ Valores relativos ao principal. Não considera arrendamento financeiro.

Custo⁴ e Prazo Médio



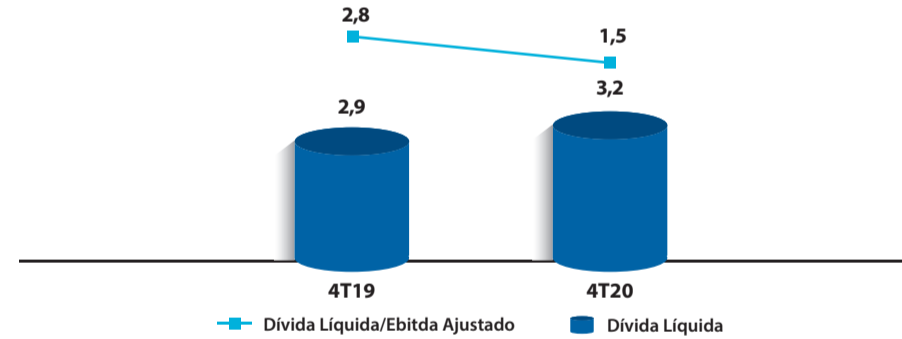
⁴ Custo médio da dívida calculado com CDI diário (ano) e IPCA acumulado (últimos 12 meses) na data de fechamento do trimestre. Tanto custo quanto prazo referem-se ao principal da dívida.

Covenants

O limite mais restritivo estabelecido pelas dívidas da Companhia é de 3,85x, para a razão entre a Dívida Líquida e o Ebitda Ajustado, além do índice de cobertura de juros, o qual não poderá ser inferior a 1,50x. Em linha com a estratégia de diversificação de fontes da Companhia, as novas dívidas emitidas já possuem limite maior, com a alavancagem variando entre 4,0x e 4,5x e restrição do índice de cobertura de juros de 1,25x.

O índice de alavancagem (Dívida Líquida/Ebitda Ajustado) encerrou o quarto trimestre em 1,53x. O índice de cobertura de juros (Ebitda Ajustado/Despesas Financeiras) encerrou o período em 8,77x. A melhora expressiva dos índices é reflexo principalmente do incremento significativo do EBITDA da companhia no 4T20, em decorrência da reversão em seu resultado, sem efeito caixa, ocasionado pela finalização do acordo do GSF.

Dívida Líquida (R\$ bilhões) e Alavancagem (vezes)



Investimentos

Investimentos (R\$ milhões)	2020	2019	Varição
Modernização e Manutenção	80,4	71,5	7,4%
Expansão	169,9	271,3	-36,1%
Complexo Ouroeste	—	244,1	—
Geração Distribuída	40,1	27,3	46,8%
Complexo Tucano	129,8	—	—
Total Investimentos	250,2	342,8	-27,0%
Juros e Mão de Obra Capitalizados	2,2	5,0	-55,9%
Total Investimentos + Juros	252,4	347,8	-27,4%

Em 2020, o total de investimentos somou R\$ 250,2 milhões, 27,0% inferior se comparado ao ano anterior (R\$ 342,8 milhões), reflexo das obras do Complexo Solar Ouroeste em 2019.

Plano de Investimento

A Companhia prevê investir aproximadamente R\$ 1,5 bilhão no período de 2021 até 2025, destinados à modernização e manutenção de seus ativos em operação e à expansão dos projetos já contratados e com plano de construção definido, com destaque para a construção dos Complexos Eólicos Tucano e Cajúina, conforme apresentado na tabela a seguir.

Investimentos - R\$ milhões ¹	2021E	2022E	2023E	2024E	2025E	Total
Modernização e Manutenção	90,5	75,3	64,7	75,1	94,7	400,5
Expansão	500,0	623,8	17,3	—	—	1.141,2
Complexo Eólico Tucano ²	453,5	464,6	—	—	—	918,1
Complexo Eólico Cajúina ³	46,6	159,2	17,3	—	—	223,1
Total Investimentos	590,6	699,2	82,0	75,1	94,7	1.541,7
Juros de Capitalização ⁴	1,1	2,8	3,0	6,7	4,3	17,9
Total Investimentos + Juros de Capitalização	591,7	702,0	85,0	81,9	99,0	1.559,5

¹ Valores reais em 31.12.2020

² Considera participação de 50% da AES Tietê Energia na Fase 1 (77,5 MW instalado) e 100% na Fase 2 (167,4 MW instalado)

³ Considera 46 MW instalado, referente ao PPA com Minasligas

⁴ Não considera juros de capitalização sobre os novos projetos

DESEMPENHO ESG

Diretrizes e Compromissos

A AES Brasil possui um **DNA 100% renovável** e a **sustentabilidade é a maneira pela qual a Companhia opera**. Em 2019, revisamos nossas Diretrizes de Sustentabilidade 2019/2023, que englobam as diretrizes de Saúde, Segurança e Meio Ambiente. Apoiamo-nos em uma administração **sólida, inovadora e responsável**, que se propõe a contribuir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), priorizando os cinco mais conectados ao nosso modelo de negócios: (7) Energia Acessível e Limpa; (9) Indústria, Inovação e Infraestrutura; (11) Cidades e Comunidades Sustentáveis; (13) Ação Contra a Mudança Global do Clima; e (15) Vida Terrestre.

Neste contexto, foram desenvolvidos compromissos pautados em seis pilares:

- Garantir uma sólida estrutura de capital e a otimização de ativos, com excelência técnica operacional das nossas atividades;
- Promover a melhor experiência para os nossos clientes, por meio do fornecimento seguro, sustentável e confiável de soluções de energia;
- Impactar positivamente as comunidades locais e reduzir o impacto ambiental das nossas operações;
- Criar um ambiente de desenvolvimento ético, seguro e diverso para os nossos colaboradores e fornecedores;
- Prover amplo e fácil acesso às soluções de energia por meio de tecnologias inovadoras; e
- Desenvolver soluções que viabilizem o consumo inteligente e eficiente de energia.

Desde 2007, permanecemos integrantes do **Índice de Sustentabilidade Empresarial** da B3, que avalia o desempenho ESG das companhias listadas. A Companhia é signatária do **Pacto Global da ONU** desde 2006, apoiando a promoção dos direitos humanos e práticas de trabalho relativas ao meio ambiente e ao combate à corrupção e ao suborno.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Desenvolvemos nossas atividades de modo a contribuir para uma economia de baixo carbono por meio da operação 100% renovável. Nossas emissões de gases de efeito estufa são, significativamente, baixas devido ao nosso modelo de negócio. Publicamos o inventário de emissões na ferramenta do Programa Brasileiro GHG Protocol, e nosso desempenho associado a Mudanças Climáticas está disponível no *Carbon Disclosure Program (CDP)*.

Estamos comprometidos em reduzir ainda mais nossas emissões. Por isso, assumimos compromisso com a iniciativa **Science Based Target** para definirmos nossas metas para os próximos anos. Também nos juntamos a 155 empresas de todo o mundo por meio da assinatura do manifesto **Uniting Business and Governments to Recover Better** em prol de uma melhor recuperação econômica e ambiental pós crise que considere ações pelo clima.

SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

A conformidade ambiental das operações e a melhoria contínua são garantidos por nosso **Sistema de Gestão Ambiental**, certificado pela ISO 14001 para 100% das unidades de operação e administrativas⁵. O Sistema de Gestão Ambiental passa, anualmente, por auditoria interna e externa e está sob responsabilidade do COO da Companhia.

O cenário hidrológico, quando marcado pela falta de chuvas, afeta a geração hidrelétrica, por isso temos inúmeras iniciativas para gestão desse recurso. Nosso desempenho associado à Segurança Hídrica é publicado no *Carbon Disclosure Program (CDP)*.

⁵Considerando os ativos elegíveis para certificação, uma vez que atendem ao critério de estarem a no mínimo um ano em operação.

BIODIVERSIDADE

Cientes dos impactos das nossas atividades na biodiversidade, avaliamos cada etapa da nossa atividade como construção, operação e manutenção para planejarmos e executarmos ações que mitiguem e minimizem esses impactos. Cumprimos a legislação ambiental e conduzimos diversos programas para além do atendimento às condicionantes, visando à recuperação de nascentes, monitoramento da qualidade das águas dos reservatórios das usinas hidrelétricas, preservação da fauna terrestre e aquática, garantindo proteção às espécies ameaçadas de extinção. Também investimos em programa de combate ao desmatamento e reflorestamento, engajando, ainda, outras empresas em ações de proteção da Mata Atlântica e Cerrado. No último trimestre concluímos o plantio de 243,4 hectares, cumprindo a nossa meta de 243 hectares de reflorestamento para o ano. As iniciativas e programas podem ser consultados em nosso Relatório de Sustentabilidade.

CAPITAL HUMANO E RELACIONAMENTO COM COMUNIDADES

Segurança é o primeiro valor da nossa companhia. Nosso **Sistema de Gestão de Saúde e Segurança** está sob responsabilidade do COO da Companhia e passa, anualmente, por auditoria interna e externa. Somos certificados pela ISO 45001 para 100% das unidades de operação e administrativas⁶, o que reduz e minimiza riscos por estabelecer controles efetivos e promoção de cultura organizacional de saúde e segurança.

Em 2020, a proteção do trabalho e emprego se tornou ainda mais necessária. Mantivemos nosso quadro de colaboradores administrativo trabalhando em suas residências e o quadro operacional continuou sua atividade presencial com total proteção em seus postos de trabalho. Contratamos 24 novas pessoas durante este período de isolamento social, dentre os quais 13 são mulheres, em nosso departamento de Recursos Humanos.

No plano de sucessão, realizado no final do 4º trimestre, aumentamos em 43% se comparado a 2019 a quantidade de mulheres mapeadas para futuras sucessões e, no time de liderança feminino, 14% do quadro está na linha de sucessão para posições de diretoria. Reafirmamos nosso compromisso com a equidade de gênero anunciando a transição de Ítalo Freitas para a posição de Vice-Presidente de Desenvolvimento de Novos Negócios para América do Sul e de Clarissa Sadock para o cargo de CEO, tornando-se a primeira mulher a ocupar o cargo na Companhia. A executiva ingressou na companhia em 2004 e, em 2008, assumiu como Diretora de Tesouraria e Relações com Investidores até 2015. Deu continuidade à sua jornada como Diretora de Planejamento Financeiro e Estratégico por três anos. A partir de 2017, foi nossa CFO, Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores até assumir o atual cargo.

No 4T20, avançamos com nosso Programa de Diversidade e Inclusão, que foi lançado internamente com base nos resultados coletados no Censo de Diversidade e tem como foco cinco pilares de atuação: Gênero, Cultura, LGBTQIA+, Origens e Pessoas com Deficiência. A governança do programa conta com o apoio do Comitê de Diversidade e de grupos de afinidade formados por colaboradores voluntários e Diretores atuando como *Sponsors* com o objetivo de promover ações e uma cultura mais inclusiva.

Em dezembro, iniciamos as inscrições para o curso de Especialização Técnica em Manutenção e Operação de Parques Eólicos, totalmente online e exclusivo para mulheres, realizado em parceria com Senai Salvador. Nosso objetivo com essa iniciativa de preparação de mulheres é aproveitar a oportunidade de criação de novos postos de trabalho para ampliar a presença feminina nas posições operacionais. Esta iniciativa está alinhada ao nosso objetivo estratégico de promover uma cultura mais inclusiva, que valoriza a diversidade e investe no desenvolvimento social das comunidades onde estamos inseridos.

Seguimos com nossas ações de **Relacionamento com as Comunidades** vizinhas aos nossos empreendimentos. Estruturamos o Programa Caminhos AES Brasil que passa a centralizar todas as nossas iniciativas, reforçando os atributos de sustentabilidade da nossa marca nas comunidades beneficiadas. Em 2020 investimos R\$ 2,7 milhões em projetos e iniciativas sociais.

Iniciamos no 4T20 um diagnóstico para conhecer mais a comunidade de Tucano, Araci e Biritinga, onde será construído o Complexo Eólico Tucano. Essa ação que faz parte do Sistema de Gestão Social que iniciamos no 3T20 e, nesse contexto, conhecer as comunidades é primordial para planejarmos ações futuras de apoio ao desenvolvimento local. Ainda no 4T20, foram realizados eventos de encerramentos dos projetos sociais realizados no ano de 2020. Salientamos que nossa estratégia de investimento social privado é direcionada com base em nossa política, disponível em nosso site.

No 4T20, ainda no intuito de contribuir com os profissionais de saúde no enfrentamento à pandemia do Covid-19, efetuamos a doação total de 6.700 máscaras cirúrgicas e 580 galões de 5L de álcool gel para as cidades de Rio Paranaíba e São Gotardo em Minas Gerais, próximas as plantas solares de geração distribuída em construção.

⁶Considerando os ativos elegíveis para certificação, uma vez que atendem ao critério de estarem a no mínimo um ano em operação.

GOVERNANÇA

Seguindo nosso compromisso publicado em agosto de 2020, estamos em vias de concluir o processo de reestruturação societária e migração da AES Brasil para o Novo Mercado da B3 como parte importante da nossa estratégia de crescimento. O Novo Mercado é reconhecido por ser composto unicamente por empresas que atendem ao mais elevado padrão de governança corporativa, especialmente por permitir a listagem apenas de companhias com capital social composto exclusivamente por ações com direito a voto.

No âmbito do processo de migração revisamos e aprovamos políticas internas estratégicas que serão divulgadas ao mercado, garantindo maior transparência para os investidores e demais interessados. Dentre elas podemos citar as políticas de Indicação e Remuneração de Administradores, Gerenciamento de Riscos, Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, além de revisar o Regimento Interno do Conselho de Administração e o nosso Código de Conduta.

O Conselho de Administração da AES Brasil passará a ter apenas membros efetivos e será composto por 1/3 (um terço) de membros independentes. Adicionalmente, será instalado o Comitê de Auditoria Estatutário, 100% composto por membros independentes.

Com a finalização de mais este processo a Companhia reforça o comprometimento com a geração de valor para todos os públicos e o comprometimento com a adoção das melhores práticas de governança corporativa, ética e *compliance*.

Além disso, nosso **Programa de Ética e Compliance** é um fator relevante para a confiança que estabelecemos nas relações com clientes, fornecedores, parceiros, investidores e demais interessados. Dentre eles podemos citar as políticas de Indicação e Remuneração de Administradores, Gerenciamento de Riscos, Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, além de revisar o Regimento Interno do Conselho de Administração e o nosso Código de Conduta.

O Conselho de Administração da AES Brasil passará a ter apenas membros efetivos e será composto por 1/3 (um terço) de membros independentes. Adicionalmente, será instalado o Comitê de Auditoria Estatutário, 100% composto por membros independentes.

Com a finalização de mais este processo a Companhia reforça o comprometimento com a geração de valor para todos os públicos e o comprometimento com a adoção das melhores práticas de governança corporativa, ética e *compliance*.

Além disso, nosso **Programa de Ética e Compliance** é um fator relevante para a confiança que estabelecemos nas relações com clientes, fornecedores, parceiros, investidores e demais interessados. Dentre eles podemos citar as políticas de Indicação e Remuneração de Administradores, Gerenciamento de Riscos, Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, além de revisar o Regimento Interno do Conselho de Administração e o nosso Código de Conduta.

GESTÃO DE RISCOS

Para assegurar a capacidade da nossa companhia de gerar valor aos nossos públicos no longo prazo, a Diretoria Executiva tem o papel de implementar e acompanhar um modelo de gestão de riscos que visa identificar aspectos potencialmente negativos e proteger nossos negócios por meio de planos de ação estruturados. Essa metodologia segue as diretrizes da Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração e elaborada com base nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

Em dezembro de 2020, recebemos a Auditoria de Manutenção ISO 55001 para o nosso SGAF - Sistema de Gestão de Ativos Físicos. Por conta da pandemia, a auditoria foi remota, e aconteceu nas usinas de Bariri, Caconde, São José, São Joaquim, no COGE Bauri e em alguns processos da Sede. Os auditores da ISO recomendaram a manutenção da certificação com zero não conformidades e os processos destaques do ano foram: Recursos Humanos, Planejamento e Manutenção - GAPE e Segurança de Barragens.

Estrutura Acionária

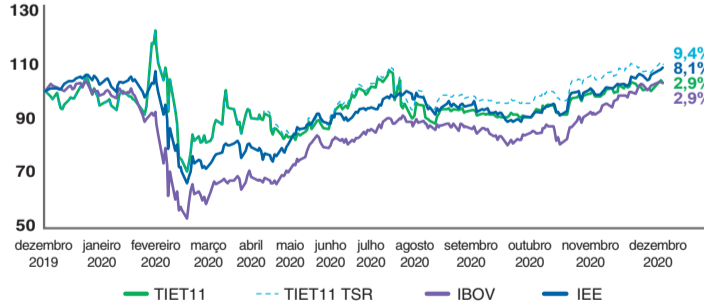
Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado da AES Brasil era de R\$ 474,6 milhões, representado por ações ordinárias e preferenciais, conforme detalhado a seguir:

Estrutura Acionária	ON	% ON	PN	% PN	Total	% Total
AES Holdings Brasil	484.391.716	61,61%	1.562.372	0,13%	485.954.088	24,35%
AES Holdings Brasil II	78.926.308	10,04%	315.705.232	26,11%	394.631.540	19,78%
BNDESPAR	39.557.329	5,03%	158.215.607	13,08%	197.772.936	9,91%
Eletrobrás	30.165.523	3,84%	120.662.092	9,98%	150.827.615	7,56%
Ações em Tesouraria	3	0,0%	12	0,0%	15	0,0%
Outros	153.224.257	19,49%	613.122.165	50,70%	766.346.422	38,40%
Total	786.265.136	100,0%	1.209.267.480	100,0%	1.995.532.616	100,0%

MERCADO DE CAPITALIS

As *units* da Companhia apresentaram uma valorização de 2,9% nos últimos doze meses encerrados em 31 de dezembro, encerrando o trimestre cotadas a R\$ 16,53 *unit*. Em relação aos indicadores de mercado, o IEE apresentou valorização de 8,1%, enquanto o Ibovespa valorizou 2,9% nos últimos 12 meses. O gráfico abaixo demonstra o desempenho das *units* nos últimos 12 meses.

AES Tiête Energia x Ibovespa x IEE x TSR¹
BASE 100²



Fonte: Bloomberg

¹ Total Shareholder Return - Retorno total ao acionista (considera a variação das cotações e os dividendos declarados no período).

² Base 100 m 30 de dezembro de 2019

Fonte: Bloomberg

¹ Total Shareholder Return - Retorno total ao acionista (considera a variação das cotações e os dividendos declarados no período).

² Base 100 m 30 de dezembro de 2019

GLOSSÁRIO

Disponibilizamos um glossário sobre o setor elétrico e o mercado de capitais em nosso website de Relações com Investidores. Para acessá-lo, clique [aqui](#).

AUDITORIA INDEPENDENTE

Ao longo do exercício de 2020, a AES Tietê Energia utilizou os serviços de auditoria independente KPMG Auditores Independentes ("KPMG") e da Ernst & Young Auditores Independentes S.S ("EY").</



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladas	Contrato	Compradora	Energia anual contratada (MWh) (i)		Prazo	
			Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final
AGV IV	Bilateral	AES Tiête	4,0	205,6	jan/20	dez/20
AGV V	Bilateral	AES Tiête	8,0	205,6	jan/20	dez/20
AGV VI	Bilateral	AES Tiête	7,9	205,6	jan/20	dez/20
Subtotal			19,9			

(i) As informações não financeiras como MWh não foram auditadas pelos auditores independentes.
 A comercialização de energia contratada no ACR, a ser comercializada a partir de 2021, está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Compradora	Energia anual contratada (MWh) (i)		Prazo			
			Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
AGV IV	25° LEN/2017	Distribuidoras	35.136	157,44	dez/40		ÍPCA	Novembro
AGV V	25° LEN/2017	Distribuidoras	69.394	157,44	dez/40		ÍPCA	Novembro
AGV VI	25° LEN/2017	Distribuidoras	69.394	157,44	dez/40		ÍPCA	Novembro
Subtotal			173.924					

(i) As informações não financeiras como MWh não foram auditadas pelos auditores independentes.
 Em 18 de dezembro de 2017 a Companhia obteve no Leilão de Energia Nova o direito de comercializar, no mercado regulado, energia a ser gerada por uma planta de energia solar fotovoltaica. Em junho de 2018, a Planta AGV Solar ("Fase 2") obteve outorga na condição de Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica, com 75 MW de capacidade instalada e 19,9 MWh de garantia física de energia.
 A Companhia se beneficiou da antecipação da entrada em operação comercial da AGV Solar utilizando sua plataforma de comercialização, sendo que a energia produzida foi alocada no mercado livre de fonte incentivada até a data da entrada em vigor do contrato outorgado, firmado para janeiro de 2021.
 Em dezembro de 2019, essas controladas firmaram contrato de compra e venda de energia com a Companhia, conforme detalhado na nota explicativa nº 29 (item iv).

2. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Complexo Eólico Tucano
Aquisição de ativos do Complexo Eólico Tucano
 Em 08 de março de 2019, a Companhia assinou um Acordo de Opção de Compra no valor de R\$1.000 para aquisição de uma *pipeline* de projetos de geração eólica. A opção de compra continha o direito de exclusividade por um ano para aquisição de até 582,8 MW médios de capacidade instalada de projetos eólicos *greenfield*, localizados nos municípios de Tucano, Biritinga e Araci no Estado da Bahia, a ser exercida de forma *pro rata* (pay-per-use) no momento em que for lastreada pela contratação de venda de energia de longo prazo.
 Em 11 de novembro de 2019, a Companhia firmou com a Unipar Carboolor S.A. ("Unipar") um Acordo de Investimento para a constituição de uma *joint venture* com controle compartilhado, cujo objeto será a geração de energia eólica no modelo de autoprodução. O projeto possui 155 MW médios de capacidade eólica instalada, equivalentes a 78 MW médios de energia física à P50 e prevê um Contrato de Compra e Venda de Energia no mercado livre de 60 MW médios pelo período de 20 anos com início em 2023.
 Em 02 de dezembro de 2019, a Companhia assinou com a Anglo American Niquel Brasil S.A. ("Anglo") um Contrato de Compra e Venda de Energia para o fornecimento de energia de 70 MW médios pelo prazo de 15 anos, com entrega a partir de 2022. Para cumprir com esse Contrato de Compra e Venda de Energia, a Companhia utilizará 167,4 MW de capacidade instalada do projeto do Complexo Eólico Tucano, equivalentes a 79 MW médios de energia assegurada à P50.

Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia exerceu parcialmente a opção de compra para aquisição de 8 SPE's que representam 483,6 MW, no valor de R\$100.379. Em 14 de janeiro de 2020, assinou o *Sales and Purchase Agreement* ("SPA"), condicionado o *closing* da transação à reestruturação societária das SPE's. As SPE's serão utilizadas para construção do complexo eólico que atenderá principalmente os contratos de venda de energia de longo prazo acima mencionados.
 Em 13 de fevereiro de 2020, o processo de aquisição foi concluído após as condições precedentes terem sido atendidas ou renunciadas, nos termos do Memorando de Fechamento, data em que a titularidade das ações das SPE's foi transferida e o controle assumido, diretamente pela Companhia, que posteriormente, por aumento de capital, transferiu este controle para as controladas Tucano Holding I e Tucano Holdings II, com exceção da Tucano F5, que permaneceu como uma controlada direta da Companhia. As novas SPE's serão usadas para construir o Parque Eólico e atender os PPA's de longo prazo já contratados de Unipar e Anglo. Em relação à controlada direta Tucano F5, apesar da energia ainda não estar contratada, existem negociações avançadas para projetos de autoprodução e PPA's de longo prazo.
 A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas foi de R\$ 100.379, sendo R\$ 21.749 pago pela Companhia aos vendedores na data de fechamento da transação e R\$ 34.429 subsequentemente pagos até 31 de dezembro de 2020. O saldo remanescente a pagar em 31 de dezembro de 2020 é de R\$44.201 registrado na rubrica de outras obrigações, sendo R\$ 29.644 no passivo circulante e R\$14.557 no passivo não circulante. Este saldo será pago até julho de 2022. Não há nenhuma consideração contingente.
 A transação foi identificada como uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos pelo custo alocado aos ativos pelo método *relative fair value* na data da aquisição, com base em laudo econômico financeiro emitido por empresa de avaliação independente. As demonstrações contábeis consolidadas foram impactadas a partir de 13 de fevereiro de 2020, data efetiva da aquisição.

A contabilização inicial desta aquisição foi reconhecida da seguinte forma: (i) R\$100.379 como investimento adquirido pela Companhia, sendo R\$ 7.202 relacionado a acervo líquido adquirido e R\$ 93.177 relacionado a direitos e projetos em desenvolvimento, dos quais R\$66.919 foram cedidos via aporte de capital nas controladas Tucano Holding I e Tucano Holding II, nos montantes de R\$ 32.171 e R\$ 34.748, respectivamente, permanecendo o investimento na controlada direta Tucano F5, no montante de R\$33.460. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os direitos e projetos em desenvolvimento, no montante de R\$ 93.177, estão sendo apresentados como intangível (vide nota explicativa nº 12).
 Adicionalmente, em março de 2020, as SPE's de Tucano executaram um Contrato de *Turbine Supply Agreement* ("TSA") com a Siemens Gamesa Energia Renováveis Ltda. ("Siemens Gamesa") para a construção do Complexo Eólico Tucano, com capacidade de 483,6 MW médios e valor total de R\$1.042.691. Em 13 de março a Companhia executou um Contrato de *Equity Support Agreement* ("ESA"), que estabelece a obrigação da Companhia de prover contribuições de capital aplicáveis às SPE's no valor equivalente a 80% do valor do contrato, quando as SPE's não cumprirem a obrigação de pagamento, observando o período de cura de 10 dias úteis a partir da data de recebimento da notificação da Siemens Gamesa.
Empreendimento controlado em conjunto ("Joint Venture")
 Como mencionado acima, em 11 de novembro de 2019, a Companhia firmou com a Unipar Carboolor S.A. ("Unipar") um Acordo de Investimento para a constituição de uma *joint venture* com controle compartilhado, cujo objeto é a geração de energia eólica no modelo de autoprodução.
 Em 03 de setembro de 2020, após o cumprimento das condições precedentes, a Companhia executou por meio de sua controlada direta Tucano Holding I um contrato de compra e venda de ações para vender 50% de sua participação acionária indireta na Tucano Holding III S.A. para a Unipar. Com isso, a Companhia passou a deter 50% de participação na Tucano Holding III.

Nessa mesma data, foi celebrado entre as partes o Acordo de Acionista, que rege sobre os direitos e deveres da Tucano Holding I e da Unipar, bem como define soluções para tomada de decisões que deverão ser realizadas em conjunto entre os acionistas.
 Como as principais decisões serão tomadas em conjunto entre os acionistas, e sendo assim não há como uma parte tomar decisão significativa de forma unilateral, a partir dessa data a AES Tiête detém o controle indireto da Tucano Holding III e em consequência efetuou a desconexão da mesma e passou a registrar o investimento pelo método de equivalência patrimonial, apresentado na rubrica de investimento em *joint venture*. Em contrapartida à aquisição das ações pela Unipar, o preço da transação de R\$40.119 a receber, atualizado pelo IPCA foi definido da seguinte forma: (i) R\$30.547 recebidos na data do fechamento; e (ii) R\$9.628 a receber até 31 de dezembro de 2021. O preço de venda representa o valor justo da transação, composto por imobilizado, líquido, no montante de R\$25.934, intangível, líquido, no montante de R\$14.615, outros ativos e passivos de (R\$430), totalizando o montante de R\$40.119. Não houve reconhecimento de ganho ou perda no resultado oriundo da alienação deste investimento.
 As demonstrações contábeis das entidades em que a Companhia perdeu o controle, na data-base de 31 de agosto de 2020, são resumidas conforme abaixo:

	Tucano F6	Tucano F7	Tucano F8	Tucano H. III
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	13	12	13	1
Tributos a recuperar	85	99	87	—
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	98	111	100	1
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Cauções e depósitos vinculados	11.738	13.206	11.737	—
Outros ativos	—	370	—	—
Investimentos em controladas	—	—	—	80.242
Imobilizado, líquido	8.467	9.287	8.456	—
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	20.205	22.863	20.193	80.242
TOTAL DO ATIVO	20.303	22.974	20.293	80.243

	Tucano F6	Tucano F7	Tucano F8	Tucano H. III
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	29	59	55	—
Tributos a pagar	85	98	90	—
Outras obrigações	—	—	—	4
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	114	157	145	4
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Passivo de arrendamento	3.929	4.272	3.940	—
Outras obrigações	1	1	1	—
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.930	4.273	3.941	—
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social subscrito e integralizado	16.308	18.590	16.259	80.535
Lucros acumulados	(49)	(46)	(52)	(296)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.259	18.544	16.207	80.239
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.303	22.974	20.293	80.243

	Tucano F6	Tucano F7	Tucano F8	Tucano H. III
CUSTOS OPERACIONAIS				
Custo de Operação				
Serviços de terceiros	(51)	(51)	(51)	—
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	(51)	(51)	(51)	—
LUCRO BRUTO	(51)	(51)	(51)	—
Equivalência patrimonial	—	—	—	(129)
Amortização de intangível e mais valia gerado em aquisições	—	—	—	(167)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	—	—	—	(296)
Receitas financeiras	113	128	112	—
Despesas financeiras	(37)	(37)	(37)	—
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	76	91	75	—
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(24)	(40)	(24)	(296)
Contribuição social	(24)	(27)	(24)	—
Imposto de renda	(50)	(59)	(52)	—
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(74)	(86)	(76)	—
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(49)	(46)	(52)	(296)

Complexo Eólico Ventus
 Em 05 de agosto de 2020, a Companhia assinou um SPA com J. Malucelli Energia S.A. e demais acionistas para a aquisição pela Companhia da totalidade das ações representativas do capital social das sociedades de propósito específico que compõem os Parques Eólicos Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A., Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. e Miassaba 3 Geradora de Energia S.A., juntas, ("Complexo Eólico Ventus").
 Em 02 de dezembro de 2020, após o cumprimento das condições precedentes, o processo de aquisição foi concluído e a titularidade de 100% das ações das SPE's foi transferida e o controle assumido pela Companhia.
 O complexo eólico, situado no estado do Rio Grande do Norte, costa da região Nordeste, é composto por três SPE's operacionais com capacidade instalada total de 187 MW e PPA's negociados no mercado regulado até o ano de 2034.
 A transação foi identificada como uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos pelo custo alocado aos ativos pelo método *relative fair value* na data da aquisição, com base em laudo econômico financeiro emitido por empresa de avaliação independente. As demonstrações contábeis consolidadas foram impactadas a partir de 02 de dezembro de 2020, data da aquisição. A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas foi de R\$ 474.207, parcialmente pago pela Companhia aos vendedores na data de fechamento da transação, no valor total de R\$233.949. O saldo remanescente, é de R\$ 240.258 registrado na rubrica de outras obrigações, sendo R\$ 219.991 no passivo circulante a ser pago após 5 meses da data do *closing* e R\$ 20.267 no passivo não circulante, sem atualização monetária.
 A contabilização inicial desta aquisição no montante de R\$ 474.207 como investimento adquirido pela Companhia foi reconhecida da seguinte forma: (i) R\$ 338.222 relacionado ao acervo líquido adquirido, (ii) R\$121.729 relacionado à mais valia de ativo imobilizado e R\$14.256 relacionado a direitos de contratos de leilão de energia de reserva. Nas demonstrações contábeis consolidadas, a mais valia e os direitos de contratos de leilões, estão sendo apresentados como imobilizado e intangível, respectivamente (vide notas explicativas nº 11 e nº 12).

Geração distribuída
 A controlada direta AES Tiête Inova Soluções de Energia Ltda. ("Tiête Inova") assinou contratos de Geração Distribuída, conforme segue: (i) 5 MW médios de capacidade instalada em operação comercial desde 16 de dezembro de 2019; (ii) 9,0 MW de capacidade instalada e operação comercial prevista para o primeiro semestre de 2021; e (iii) Contrato para um projeto de estacionamento solar ("Carpport"), com a potência de 537,6 kWp e que entrou em operação em agosto de 2019.
 Aquisição de ativos de geração distribuída
 Em 30 de agosto de 2019, a controlada direta Tiête Inova assinou contrato de aquisição de duas sociedades de propósito específico detentoras de projetos de Geração Distribuída ("GD") em estágio avançado de desenvolvimento.
 O processo de aquisição foi concluído em 04 de setembro de 2019, após todas as condições precedentes da operação terem sido atendidas. O valor total de aquisição foi de R\$ 8.750, sendo pagos R\$ 7.500 na data da aquisição com recursos disponíveis em caixa e R\$ 1.250 pagos em 07 de fevereiro de 2020, quando as pendências condicionantes à viabilidade de um dos projetos foram sanadas. As empresas adquiridas tiveram suas denominações alteradas para AES Tiête Inova Soluções de Energia I Ltda. ("Inova I"), com 12 MW de potência e AES Tiête Inova Soluções de Energia II Ltda. ("Inova II") com projetos de potência total de 9,9 MW, totalizando 21,9 MW.
 A transação foi identificada como uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos pelo custo alocado aos ativos pelo método *relative fair value* na data da aquisição, com base em laudo econômico financeiro emitido por empresa de avaliação independente.

Complexo Eólico Cajuna
 Em 18 de março de 2020, foram assinados dois contratos de exclusividade, válidos até agosto e novembro de 2020, para aquisição de até 1.100 MW de capacidade instalada de projetos eólicos *greenfield* localizados no Rio Grande do Norte, nas cidades de Lajes, Angicos, Pedro Avelino e Fernando Pedroza. Esta operação reforça a estratégia da Companhia com foco em energias renováveis e consolida um *pipeline* de projetos renováveis, incluindo o saldo remanescente do Projeto Tucano.
 Em 25 de agosto de 2020, a Companhia assinou o SPA para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 15 sociedades de propósito específico que compõem a primeira fase do Complexo Eólico Cajuna, chamada Santa Tereza, com capacidade instalada de 420 MW. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento das condições precedentes e está prevista para ocorrer no 1º trimestre de 2021.
 O SPA para a segunda fase, São Flicardo, que tem capacidade instalada de 437 MW, foi assinado em fevereiro de 2021. A AES Brasil busca outros PPA's de longo prazo para atender a capacidade total restante do projeto.

Complexo Eólico - Cúbico Brasil S.A.
 Em dezembro de 2020, a Companhia firmou um SPA com a Cúbico Brasil S.A. para aquisição das SPE's que compõem os Complexos Eólicos MS e Santos, localizados nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, respectivamente. Os complexos estão em operação desde 2013 com 159 MW de capacidade instalada, totalmente comercializados no mercado regulado há 20 anos.
 O valor total esperado da aquisição é de até R\$ 806 milhões, sendo: (i) R\$ 529 milhões de valor patrimonial e (ii) assunção da dívida líquida do Projeto de R\$ 277 milhões. A conclusão da aquisição está sujeita a ajustes usuais neste tipo de operação, pela variação do capital de giro e dívida líquida.

Complexo Eólico - Cúbico Brasil S.A.
 Em dezembro de 2020, a Companhia firmou um SPA com a Cúbico Brasil S.A. para aquisição das SPE's que compõem os Complexos Eólicos MS e Santos, localizados nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, respectivamente. Os complexos estão em operação desde 2013 com 159 MW de capacidade instalada, totalmente comercializados no mercado regulado há 20 anos.
 O valor total esperado da aquisição é de até R\$ 806 milhões, sendo: (i) R\$ 529 milhões de valor patrimonial e (ii) assunção da dívida líquida do Projeto de R\$ 277 milhões. A conclusão da aquisição está sujeita a ajustes usuais neste tipo de operação, pela variação do capital de giro e dívida líquida.

Complexo Eólico - Cúbico Brasil S.A.
 Em dezembro de 2020, a Companhia firmou um SPA com a Cúbico Brasil S.A. para aquisição das SPE's que compõem os Complexos Eólicos MS e Santos, localizados nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, respectivamente. Os complexos estão em operação desde 2013 com 159 MW de capacidade instalada, totalmente comercializados no mercado regulado há 20 anos.
 O valor total esperado da aquisição é de até R\$ 806 milhões, sendo: (i) R\$ 529 milhões de valor patrimonial e (ii) assunção da dívida líquida do Projeto de R\$ 277 milhões. A conclusão da aquisição está sujeita a ajustes usuais neste tipo de operação, pela variação do capital de giro e dívida líquida.

Complexo Eólico - Cúbico Brasil S.A.
 Em dezembro de 2020, a Companhia firmou um SPA com a Cúbico Brasil S.A. para aquisição das SPE's que compõem os Complexos Eólicos MS e Santos, localizados nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, respectivamente. Os complexos estão em operação desde 2013 com 159 MW de capacidade instalada, totalmente comercializados no mercado regulado há 20 anos.
 O valor total esperado da aquisição é de até R\$ 806 milhões, sendo: (i) R\$ 529 milhões de valor patrimonial e (ii) assunção da dívida líquida do Projeto de R\$ 277 milhões. A conclusão da aquisição está sujeita a ajustes usuais neste tipo de operação, pela variação do capital de giro e dívida líquida.

Complexo Eólico - Cúbico Brasil S.A.
 Em dezembro de 2020, a Companhia firmou um SPA com a Cúbico Brasil S.A. para aquisição das SPE's que compõem os Complexos Eólicos MS e Santos, localizados nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, respectivamente. Os complexos estão em operação desde 2013 com 159 MW de capacidade instalada, totalmente comercializados no mercado regulado há 20 anos.
 O valor total esperado da aquisição é de até R\$ 806 milhões, sendo: (i) R\$ 529 milhões de valor patrimonial e (ii) assunção da dívida líquida do Projeto de R\$ 277 milhões. A conclusão da aquisição está sujeita a ajustes usuais neste tipo de operação, pela variação do capital de giro e dívida líquida.

Complexo Eólico - Cúbico Brasil S.A.
 Em dezembro de 2020, a Companhia firmou um SPA com a Cúbico Brasil S.A. para aquisição das SPE's que compõem os Complexos Eólicos MS e Santos, localizados nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, respectivamente. Os complexos estão em operação desde 2013 com 159 MW de capacidade instalada, totalmente comercializados no mercado regulado há 20 anos.
 O valor total esperado da aquisição é de até R\$ 806 milhões, sendo: (i) R\$ 529 milhões de valor patrimonial e (ii) assunção da dívida líquida do Projeto de R\$ 277 milhões. A conclusão da aquisição está sujeita a ajustes usuais neste tipo de operação, pela variação do capital de giro e dívida líquida.

Complexo Eólico - Cúbico Brasil S.A.
 Em dezembro de 2020, a Companhia firmou um SPA com a Cúbico Brasil S.A. para aquisição das SPE's que compõem os Complexos Eólicos MS e Santos, localizados nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, respectivamente. Os complexos estão em operação desde 2013 com 159 MW de capacidade instalada, totalmente comercializados no mercado regulado há 20 anos.
 O valor total esperado da aquisição é de até R\$ 806 milhões, sendo: (i) R\$ 529 milhões de valor patrimonial e (ii) assunção da dívida líquida do Projeto de R\$ 277 milhões. A conclusão da aquisição está sujeita a ajustes usuais neste tipo de operação, pela variação do capital de giro e dívida líquida.

Complexo Eólico - Cúbico Brasil S.A.
 Em dezembro de 2020, a Companhia firmou um SPA com a Cúbico Brasil S.A. para aquisição das SPE's que compõem os Complexos Eólicos MS e Santos, localizados nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, respectivamente. Os complexos estão em operação desde 2013 com 159 MW de capacidade instalada, totalmente comercializados no mercado regulado há 20 anos.
 O valor total esperado da aquisição é de até R\$ 806 milhões, sendo: (i) R\$ 529 milhões de valor patrimonial e (ii) assunção da dívida líquida do Projeto de R\$ 277 milhões. A conclusão da aquisição está sujeita a ajustes usuais neste tipo de operação, pela variação do capital de giro e dívida líquida.

3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 24 de fevereiro de 2021, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal. Com base na proposta do Conselho de Administração e na opinião do Conselho Fiscal, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), assim como as demonstrações consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). No caso da Companhia essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades de capital aberto. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações benefícios pós-emprego, e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído ("*deemed cost*"), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios e valor justo do intangível gerado pela extensão do período de concessão, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica CCCC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

3.2 Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adotam premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que podem ser razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente e o curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD, benefícios pós-emprego, vida útil dos bens do imobilizado, provisão para processos judiciais e outros, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, impostos, valor justo de instrumentos financeiros, provisões para desmantelamento de ativos e valor justo do intangível gerado pela extensão do período de concessão.

3.4 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia e suas controladas revisam, em mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração não são recuperáveis, e portanto, não houve a necessidade de efetuar o teste de recuperação (*impairment test*), assim como, nenhum registro de provisão para redução ao valor recuperável foi efetuado.

3.5 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2020, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, suas controladas e *joint ventures* em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital líquido negativo nas demonstrações contábeis consolidadas, no montante de R\$187.420 (R\$98.765 em 31 de dezembro de 2019), está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis
 A propagação da pandemia de COVID-19 tem causado sérios impactos na economia global e nos mercados financeiros que poderiam potencialmente afetar material e adversamente as operações, condição financeira e fluxo de caixa de nossos negócios. Em outubro de 2020, o Fundo Monetário Internacional projetou desacelerações relevantes ou contrações na atividade econômica em 2020, incluindo -4,4% de queda no crescimento mundial e -5,8% no Brasil.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia, suas controladas e *joint ventures* preparam no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia, suas controladas e *joint ventures*. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, podendo sofrer alterações.

Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia, suas controladas e *joint ventures* são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a administração da Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

Reclassificação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, com o objetivo de simplificar e melhorar a apresentação das demonstrações dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, procedeu reclassificações nessas demonstrações contábeis originalmente autorizadas em 17 de fevereiro de 2020. As reclassificações são resumidas conforme o quadro a seguir:

Referência	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Receita operacional líquida	(a)	1.678.374	(51.089)	1.627.285	2.049.723	(51.089)	1.998.634
Custo dos produtos e serviços vendidos	(a) e (b)	-	(925.566)	(925.566)	-	(1.144.330)	(1.144.330)
Gerais e administrativas	(b)	-	(125.422)	(125.422)	-	(130.252)	(130.252)
Outras despesas e receitas operacionais	(b)	-	630	630	-	1.972	1.972
Energia elétrica comprada para revenda	(b)	(465.419)	465.419	-	(459.189)	459.189	-
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	(b)	(134.295)	134.295	-	(154.716)	154.716	-
Taxa de fiscalização	(b)	(8.169)	8.169	-	(10.092)	10.092	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(a)	(51.089)	51.089	-	(51.089)	51.089	-
Pessoal e administradores	(b)	(133.557)	133.557	-	(134.779)	134.779	-
Entidade de previdência privada	(b) e (c)	(8.095)	8.095	-	(8.082)	8.082	-
Serviços de terceiros	(b)	(101.515)	101.515	-	(154.157)	154.157	-
Material	(b)	(12.738)	12.738	-	(13.907)	13.907	-
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(b)	(621)	621	-	(711)	711	-
Depreciação e amortização	(b)	(171.511)	171.511	-	(306.789)	306.789	-
Outras receitas e despesas operacionais	(b)	(17.392)	17.392	-	(33.142)	33.142	-
Resultado de equivalência patrimonial	(d)	127.853	(2.478)	125.375	-	-	-
Amortização de intangível e mais valia gerado em aquisições	(d)	(2.478)	2.478	-	-	-	-
Receitas financeiras	(e)	75.215	-	75.215	84.734	7.752	92.486
Despesas financeiras	(c) e (e)	(415.757)	(5.018)	(420.775)	(447.206)	(3.305)	(450.511)
Variações cambiais, líquidas	(e)	(2.064)	2.064	-	7.401	(7.401)	-
TOTAL		356.742	-	356.742	367.999	-	367.999

A natureza das reclassificações realizadas encontra-se descrita a seguir:

- (a) A Companhia reclassificou a Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH), originalmente apresentada em rubrica específica na demonstração de resultado como um custo com energia elétrica para a rubrica "Receita Líquida".
- (b) As reclassificações a seguir foram efetuadas com o objetivo segregar os custos relacionados à atividade-fim do negócio e as despesas, que não possuem atividade-fim do negócio: no saldo das rubricas de "Pessoal e administradores", "Entidade de previdência privada", "Serviços de terceiros", "Material", "Provisão para processos judiciais e outros, líquida", "Depreciação e amortização", "Outras receitas e despesas operacionais", "Taxa de fiscalização", "Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão" e "Energia elétrica comprada para revenda".
- (c) A Companhia reclassificou os juros sobre a obrigação atuarial e os rendimentos sobre os ativos do plano de previdência, originalmente apresentados na rubrica de Entidade de previdência privada, para a rubrica "Despesas financeiras".
- (d) A Companhia reclassificou a Amortização de intangível e mais-valia gerado em aquisições, originalmente apresentada em rubrica específica na demonstração de resultado para a rubrica "Resultado de equivalência patrimonial".
- (e) A Companhia reclassificou as variações cambiais, líquidas negativas para a rubrica de "Despesas financeiras" e as variações cambiais, líquidas positivas para rubrica de "Receitas financeiras".

3.6 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, suas controladas e *joint ventures*. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data-base dos balanços.

3.7 Novos pronunciamentos em vigor em 01 de janeiro de 2020

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas avaliaram seus efeitos e a conclusão é de que não há impactos em suas demonstrações contábeis.

3.8 Novos pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2021

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

3.9 Critérios de consolidação

Transações e saldos em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados. O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

As seguintes entidades são consideradas como controladas ou *joint ventures*:

Descrição	Atividade	Sede	Participação	
			2020	2019
Controladas diretas:				
AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda. ("Tietê Inova")	Prestação de serviços	Bauru, SP	100%	100%
AES Tietê Integra Soluções em Energia Ltda. ("Tietê Integra")	Prestação de serviços	Bauru, SP	100%	100%
Boa Hora 1 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 1")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
Boa Hora 2 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 2")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 3")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. ("AGV IV")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar V Geradora de Energia S.A. ("AGV V")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. ("AGV VI")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
Guaimbê Solar Holding S.A. ("Guaimbê Holding")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
Tucano F5 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F5")	Geração eólica	Salvador, BA	100%	-
AES Tucano Holding I S.A. ("Tucano Holding I")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
AES Tucano Holding II S.A. ("Tucano Holding II")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil")	Holding	São Paulo, SP	100%	-
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda. ("Ventus Holding")	Holding	Curitiba, PR	100%	-
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. ("Brasventos")	Geração eólica	Galinhos, RN	51%	-
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. ("Miassaba")	Geração eólica	Macaú, RN	51%	-
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. ("Rei dos Ventos")	Geração eólica	Galinhos, RN	51%	-
Controladas indiretas:				
Nova Energia Holding S.A. ("Nova Energia") (i)	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
AES Tietê Eólica Participações S.A. ("Tietê Eólica")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração eólica	Igaporã, BA	100%	100%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. ("Araçás")	Geração eólica	Caelité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração eólica	Caelité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Seraima S.A. ("Seraima")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração eólica	Caelité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração eólica	Caelité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Caelité S.A. ("Caelité")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração eólica	Caelité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pliões S.A. ("Pliões")	Geração eólica	Caelité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Guaimbê I Parque Solar Ltda. ("Guaimbê I")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê II Parque Solar Ltda. ("Guaimbê II")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê III Parque Solar Ltda. ("Guaimbê III")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê IV Parque Solar Ltda. ("Guaimbê IV")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê V Parque Solar Ltda. ("Guaimbê V")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
AES Tietê Inova Soluções de Energia I Ltda. ("Tietê Inova I")	Geração solar	Bauru, SP	100%	100%
AES Tietê Inova Soluções de Energia II Ltda. ("Tietê Inova II")	Geração solar	Bauru, SP	100%	100%
Tucano F1 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F1")	Geração eólica	Salvador, BA	100%	-
Tucano F2 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F2")	Geração eólica	Salvador, BA	100%	-
Tucano F3 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F3")	Geração eólica	Salvador, BA	100%	-
Tucano F4 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F4")	Geração eólica	Salvador, BA	100%	-
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. ("Brasventos")	Geração eólica	Galinhos, RN	49%	-
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. ("Miassaba")	Geração eólica	Macaú, RN	49%	-
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. ("Rei dos Ventos")	Geração eólica	Galinhos, RN	49%	-
Empreendimentos controlados em conjunto (joint venture) (ii):				
Tucano Holdings III S.A. ("Tucano Holding III")	Holding	São Paulo, SP	50%	-
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F6")	Geração eólica	Salvador, BA	50%	-
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F7")	Geração eólica	Salvador, BA	50%	-
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F8")	Geração eólica	Salvador, BA	50%	-

- (i) Em AGE realizada em 12 de novembro de 2020, foi aprovada a incorporação da totalidade das ações da Nova Energia pela Guaimbê Holding.
- (ii) Os empreendimentos controlados em conjunto não são consolidados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses, são classificados na rubrica "Investimentos de curto prazo".

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI e fundo de investimentos são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Caixa e Equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Numerário disponível	417	355	9.436	11.145
CDB-DI	-	9.725	-	9.725
Operação compromissada	492.200	-	495.438	10.968
Subtotal	492.617	10.080	504.874	31.838
Investimentos de curto prazo				
CDB-DI	716.829	916.434	1.204.674	1.129.800
Operação compromissada	111.610	-	111.610	-
Fundo de investimentos	-	-	-	-
Letra financeira	16.441	97.642	16.441	97.642
LTN e NTN over	169.568	54.416	169.568	54.416
CDB	-	2.688	-	2.688
Debêntures	14.983	33.925	14.983	33.925
Letra financeira com fluxo	3.755	3.783	3.755	3.783
Letra financeira elegível nível II	-	651	-	651
Letra financeira do tesouro	-	8.011	-	8.011
Subtotal	1.033.186	1.117.550	1.521.031	1.330.916
Total	1.525.803	1.127.630	2.025.905	1.362.754

Os investimentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2020 estão representados por operações com CDB e fundo de investimentos exclusivo com liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 98,93% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98,65% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo.

O critério utilizado pela Companhia e suas controladas para constituir PECLD é de análise individual de contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não constituiu PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019

CIRCULANTE				
Consumidores livres	173.061	155.004	185.419	155.312
Mercado de curto prazo (i)	6.745	97.426	62.697	150.648
Contratos de energia eólicos	-	-	27.301	26.498
Contratos de energia solares	-	-	10.730	9.914
Partes relacionadas (nota 29)	1.946	-	-	-
Serviços prestados	7	-	424	136
Subtotal	181.759	252.430	286.571	342.508
NÃO CIRCULANTE				
Energia livre (ii)	-	13.075	-	13.075
Subtotal	-	13.075	-	13.075
Total	181.759	265.505	286.571	355.583

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

(i) As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos no mercado de curto prazo, principalmente devido à inadimplência do setor causada por limitares que impedem a liquidação financeira de valores impactados pelo GSF, divulgado na nota explicativa nº 18.4. Com base em uma avaliação das garantias, histórico de recebimentos e estimativa de recebimento futuro, incluindo riscos de crédito futuros, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

(ii) Os recebimentos e pagamentos referentes à Energia Livre estão condicionados à decisão no final do mandado de segurança impetrado pela ABRADEE, na qualidade de representante de suas associadas, contra os despachos ANEEL nº 2.517/10 e nº 1.068/11, alegando que os mesmos afetam prejudicialmente toda a sistemática originalmente estabelecida na Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) entre geradoras e distribuidoras de energia elétrica. Em dezembro de 2020, a Companhia reavaliou a expectativa de recebimento deste direito de recomposição tarifária e baixou para perda, conforme demonstrado na nota explicativa nº 25 na rubrica de outras despesas operacionais.

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento é como segue:

Saldos vencidos	Controladora				Total
	Saldos vencidos				
	Até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias	

CIRCULANTE					
Consumidores livres	171.446	1.615	-	-	173.061
Mercado de curto prazo	6.745	-	-	-	6.745
Partes relacionadas	1.946	-	-	-	1.946
Serviços prestados	2	5	-	-	7
Total	180.139	1.620	-	-	181.759

Saldos vencidos	Consolidado				Total
	Saldos vencidos				
	Até 90 dias				



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os tributos diferidos são apresentados pelo valor líquido, obedecida a distribuição a seguir:

Companhias	2020		2019	
	Ativo	Passivo	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
Controladora	185.468	(680.377)	(494.909)	(315.051)
AES Tiête Integra	956	-	956	1.190
AES Tiête Inova	1.698	(111)	1.587	510
AES Tiête Inova I	-	-	-	11
AES Tiête Inova II	-	-	-	7
Amelista	500	(76)	424	271
Araças	415	(62)	353	202
Borgo	39	(353)	(314)	32
Caetite	64	(477)	(413)	48
Da prata	67	(47)	20	17
Dourados	508	(74)	434	274
Espigão	61	(115)	(54)	24
Maron	283	(104)	179	168
Morrão	181	(69)	112	49
Pelourinho	89	(127)	(38)	58
Pilões	372	(67)	305	208
Seraíma	285	(71)	214	125
Serra do espinhaço	70	(197)	(127)	46
Tanque	44	(61)	(17)	(25)
Ventos do nordeste	-	-	(159)	(99)
Boa Hora 1	-	(130)	(130)	48
Boa Hora 2	-	(154)	(154)	31
Boa Hora 3	-	(156)	(156)	38
AGV IV	-	(38)	(38)	-
AGV V	-	(49)	(49)	-
AGV VI	-	(29)	(29)	-
Guaimbê I	21	(46)	(25)	-
Guaimbê II	1	(45)	(44)	(14)
Guaimbê III	-	(246)	(246)	(12)
Guaimbê IV	-	(55)	(55)	(9)
Guaimbê V	-	(68)	(68)	(23)
Guaimbê Holding	-	(1.587)	(1.587)	-
Consolidado	191.122	(685.150)	(494.028)	(311.876)
Apresentação no balanço patrimonial consolidado				
Ativo líquido	-	-	4.584	3.357
Passivo líquido	-	-	(498.612)	(315.233)
Total			(494.028)	(311.876)

A movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(367.588)	(366.386)
Impacto no resultado	34.080	36.053
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	18.457	18.457
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(315.051)	(311.876)
Impacto no resultado	(306.843)	(308.937)
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	19.302	19.302
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(602.392)	(601.511)

Estimativa de recuperação de créditos
Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário. Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros, segue abaixo estimativa de realização dos tributos diferidos ativos registrados em 31 de dezembro de 2020:

	Controladora			Consolidado		
	Tributos e contribuições sociais diferidos	Créditos fiscais de ágios incorporados (*)	Total	Tributos e contribuições sociais diferidos	Créditos fiscais de ágios incorporados (*)	Total
2021	29.769	13.770	43.539	31.901	13.770	45.671
2022	24.705	12.730	37.435	27.084	12.730	39.814
2023	16.235	11.787	28.022	17.051	11.787	28.838
2024	30.450	10.895	41.345	30.778	10.895	41.673
2025	13.877	10.097	23.974	13.877	10.097	23.974
2026 a 2027	24.587	9.330	33.917	24.587	9.330	33.917
2028 a 2031	45.845	24.009	69.854	45.844	24.009	69.853
Total	185.468	92.618	278.086	191.122	92.618	283.740

(*) Para maiores detalhes sobre a natureza desse crédito tributário, vide nota explicativa nº 7.4 abaixo.
A Companhia estima que os saldos em 31 de dezembro de 2020, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros pelo prazo da concessão.
As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseadas nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.
A composição da base de cálculo e a conciliação do imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	2020		2019		2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado: Na rubrica de tributos:								
Corrente	(31.369)	(11.326)	(52.321)	(22.288)	(43.703)	(17.822)	(61.226)	(26.614)
Diferidos	(225.554)	(81.089)	(13.144)	4.842	(227.106)	(81.830)	14.478	5.482
Total	(256.923)	(92.415)	(39.177)	(17.446)	(270.809)	(99.652)	(46.748)	(21.132)
b) Demonstração do cálculo dos tributos: Resultado antes dos tributos	1.197.359	1.197.359	356.742	356.742	1.218.482	1.218.482	367.999	367.999
Adições (exclusões) permanentes:								
Juros sobre capital próprio	(35.621)	(35.621)	(44.416)	(44.416)	(35.621)	(35.621)	(44.416)	(44.416)
Doações	1.960	1.960	2.945	2.945	1.960	1.960	2.945	2.945
Resultado de equivalência patrimonial (nota 10)	(146.782)	(146.782)	(125.375)	(125.375)	264	264	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(4.235)	(4.235)	(3.323)	(3.323)	(4.235)	(4.235)	(3.323)	(3.323)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	2.173	2.173	403	403	2.173	2.173	403	403
Ajuste lucro presumido	-	-	-	-	(144.294)	(122.705)	(140.085)	(130.050)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	-	-	-	-	17.114	17.114	47.342	47.342
Amortização da mais-valia em combinação de negócios	-	-	-	-	16.631	16.631	335	335
Amortização de direitos contratuais, exploração e autorização	-	-	-	-	-	-	7.648	7.648
Juros capitalizados de controladas	-	-	-	-	(2.539)	(2.539)	(18.914)	(18.914)
Incentivo do PAT - Exito Judicial	-	-	(9.070)	-	-	-	(9.070)	-
Outras	12.899	12.899	(36)	(35)	16.220	16.689	(1.182)	(1.147)
Total das adições (exclusões)	(169.606)	(169.606)	(178.872)	(169.801)	(132.327)	(110.269)	(158.317)	(139.177)
Resultado ajustado	1.027.753	1.027.753	177.870	186.941	1.086.155	1.108.213	209.682	228.822
Alíquota nominal	25%	9%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Tributo	(256.938)	(92.498)	(44.468)	(16.825)	(271.539)	(99.739)	(52.421)	(20.594)
Incentivos fiscais	1.457	-	2.435	-	1.457	-	2.435	-
Outros	(1.442)	83	2.856	(621)	(727)	87	3.238	(538)
Total da despesa com tributos	(256.923)	(92.415)	(39.177)	(17.446)	(270.809)	(99.652)	(46.748)	(21.132)
Alíquota efetiva (i)	24,5%	8,8%	16,9%	7,5%	22,2%	8,2%	12,7%	5,7%

(i) Para fins de cálculo da alíquota efetiva, considerou-se o resultado antes dos tributos excluindo o efeito da equivalência patrimonial.
Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído

	Controladora				Consolidado			
	2020		2019		2020		2019	
Prejuízos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-
Base negativa de contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças temporárias	-	-	-	-	26.713	21.686	-	-
Os impostos diferidos ativos não foram reconhecidos tendo em vista que esses prejuízos e bases negativas de contribuição social são substancialmente detidos por empresas holdings, cujos resultados são majoritariamente gerados por despesas financeiras dedutíveis e resultados não tributáveis de equivalência patrimonial decorrente de investimentos em controladas.								
Créditos fiscais de ágios incorporados								
Os créditos fiscais de ágios incorporados classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações dos ágios das controladoras AES Gás Ltda., AES Tiête Participações S.A. e AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.								
Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.								
Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos estavam assim representados:								
	Consolidado				Consolidado			
	2020		2019		2020		2019	
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
AES Brazilian Energy Holdings Ltda.								
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	108.652	-	-	-	-
Amortização acumulada	(154.972)	102.282	(52.690)	(43.713)	-	-	-	-
Subtotal	164.592	(108.630)	55.962	64.939				
AES Gás Ltda.								
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740	-	-	-	-
Amortização acumulada	(709.443)	475.072	(234.371)	(229.176)	-	-	-	-
Subtotal	98.861	(66.492)	32.369	37.564				
AES Tiête Participações S.A.								
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023	-	-	-	-
Amortização acumulada	(69.808)	46.072	(23.736)	(23.043)	-	-	-	-
Subtotal	12.612	(8.325)	4.287	4.980				
Total	276.065	(183.447)	92.618	107.483				

A movimentação dos créditos fiscais do ágio incorporado é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	2019	2020
Amortização	123.576	(47.968)
Reversão	31.875	107.483
Saldo em 31 de dezembro de 2019	107.483	(44.306)
Amortização	29.441	92.618
Reversão	92.618	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	92.618	-

A amortização do ágio traz impacto nulo no resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social. Para melhor apresentação dos créditos fiscais de ágios incorporados, a Companhia reclassificou os saldos para a rubrica "Tributos diferidos" no passivo não circulante. O montante de benefício fiscal já utilizado pela Companhia e, portanto, disponível para capitalização é de R\$ 31.984 até 31 de dezembro de 2020 (R\$16.615 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia atualiza o montante do benefício fiscal disponível para capitalização ao término de cada exercício social, quando da apuração final do imposto de renda e contribuição social a pagar, levando em consideração a redução efetiva dos tributos pagos. A capitalização ocorre de acordo com o cronograma definido em contrato assinado entre AES Brasil e BNDES, após aprovação em Assembleia Geral Ordinária (AGO) ou Assembleia Geral Extraordinária (AGE), observadas as seguintes regras: (i) o saldo disponível para capitalização, nos termos da Instrução CVM nº 319/99, for igual ou superior a R\$ 50.000,00 ou (ii) tenham se passado três anos da última capitalização, o que ocorrer primeiro.

	Consolidado			
	2020		2019	
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
AES Brazilian Energy Holdings Ltda.				
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	108.652
Amortização acumulada	(154.972)	102.282	(52.690)	(43.713)
Subtotal	164.592	(108.630)	55.962	64.939
AES Gás Ltda.				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(709.443)	475.072	(234.371)	(229.176)
Subtotal	98.861	(66.492)	32.369	37.564
AES Tiête Participações S.A.				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(69.808)	46.072	(23.736)	(23.043)
Subtotal	12.612	(8.325)	4.287	4.980
Total	276.065	(183.447)	92.618	107.483

A movimentação dos créditos fiscais do ágio incorporado é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	2019	2020
Amortização	123.576	(47.968)
Reversão	31.875	107.483
Saldo em 31 de dezembro de 2019	107.483	(44.306)
Amortização	29.441	92.618
Reversão	92.618	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	92.618	-

	Consolidado			
	2020		2019	
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
AES Brazilian Energy Holdings Ltda.				
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	108.652
Amortização acumulada	(154.972)	102.282	(52.690)	(43.713)
Subtotal	164.592	(108.630)	55.962	64.939
AES Gás Ltda.				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	26	



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Dividendos de controladas	Outros resultados abrangentes	Realização do valor justo gerado na combinação de negócios	Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização e da mais valia na combinação de negócios (i)	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Nova Energia	659.025	64.527	637	854.409	(615)	-	14.368	813	1.593.164
Boa Hora 1	106.616	(4.565)	6.234	-	(465)	-	-	(1.097)	106.723
Boa Hora 2	105.309	2.409	4.157	-	(587)	-	-	(1.097)	110.191
Boa Hora 3	133.578	666	13.749	-	(469)	-	-	(1.097)	146.427
Tietê Integra	5.586	(2.335)	1.565	-	-	-	-	-	4.816
Tietê Inova	33.462	375	10.407	-	-	-	-	-	44.244
Guaimbê Holding	664.346	38.920	726	-	(27.895)	-	-	-	676.097
AGV Solar IV	28.525	7.562	44.184	-	(23)	(2.047)	-	-	78.201
AGV Solar V	51.870	(104)	46.277	-	(58)	(2.751)	-	-	105.379
AGV Solar VI	9.288	10.266	90.878	-	(56)	(4.582)	-	-	105.794
Tucano Holding I	-	(13)	-	-	-	-	-	-	(13)
Total	1.797.605	127.853	218.814	854.409	(30.168)	(9.380)	14.368	(2.478)	2.971.023

(i) Valores apresentados na rubrica de equivalência patrimonial nas demonstrações de resultados. As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Valor do patrimônio líquido ajustado (I)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício ajustado (I)
Nova Energia (ii)	-	0%	-	-	-	66.938	66.938
Guaimbê Solar Holding	1.225.608.832	100%	1.335.609	2.228.256	2.228.256	33.463	33.463
Tietê Integra	8.002.100	100%	14.021	13.812	13.812	1.539	1.539
Tietê Inova	74.430.987	100%	76.750	74.754	74.754	(1.225)	574
Boa Hora 1	7.586.395.435	100%	75.864	96.111	99.973	17.339	17.172
Boa Hora 2	7.903.933.876	100%	79.039	94.315	98.177	12.343	12.176
Boa Hora 3	11.553.845.402	100%	115.538	128.839	132.701	10.392	10.225
AGV Solar IV	99.000.500	100%	76.520	76.442	80.871	1.825	1.639
AGV Solar V	100.518.058	100%	100.518	104.389	108.818	6.359	6.173
AGV Solar VI	102.919.171	100%	102.919	103.431	107.860	4.761	4.575
Tucano F5	167.174.414	100%	9.859	9.857	-	(2)	(2)
AES Tucano Holding I	651.647.997	100%	80.813	80.098	80.782	(702)	(18)
AES Tucano Holding II	703.781.048	100%	102.510	101.992	101.992	(518)	(518)
AES Brasil Energia S.A	500	100%	1	1	1	-	-
Ventus Holding	169.458.024	100%	169.458	167.743	167.743	2	1.996
Brasventos Eolo	137.021.678	51%	101.236	103.717	52.896	1	629
Brasventos Massaba 3	101.236.380	51%	137.022	142.863	72.860	1	926
Rei dos Ventos 3	93.594.593	51%	95.679	48.796	48.796	1	523
Total				3.622.299	3.483.728	152.517	158.010

(i) Juros capitalizados de controladas: Com o objetivo de financiar principalmente a construção de novos parques solares, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas "Investimentos" em contrapartida ao "Resultado de equivalência patrimonial". Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como "Imobilizado, líquido" (nota explicativa nº 11) em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica "Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso" (nota explicativa nº 28). Para melhor apresentação dessas informações, os juros capitalizados foram ajustados na tabela acima em "Valor do patrimônio líquido ajustado" e "Lucro (prejuízo) líquido do exercício ajustado".

(ii) Em AGE realizada em 12 de novembro de 2020, foi aprovada a incorporação da totalidade das ações da Nova Energia pela Guaimbê Holding. Dessa forma, a Nova Energia deixou de ser uma controlada direta e passou a ser uma controlada indireta. O resultado de equivalência foi mantido na Companhia até a data.

Em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações contábeis anuais consolidadas dos empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) estão apresentadas abaixo:

Consolidado Tucano H. III		
	2021	2022
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	12.684	-
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	106.965	-
TOTAL DO ATIVO	119.549	-
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	2.296	-
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	12.542	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	104.711	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	119.549	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(824)	-

Em 31 de dezembro de 2020, as joint ventures possuíam os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos em suas demonstrações contábeis:

Joint Ventures		
	2021	2022
Posição em 31 de dezembro de 2020		
Contrato de Construção	507.093	77.391
Total	507.093	77.391

Para maiores detalhes sobre a joint venture, vide nota explicativa nº 1.4.

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direito de uso de sede administrativa e suas controladas reconheceram ativo de direito de uso de sede administrativa e terreno arrendado, com vida útil definida estimada de 9 e 30 anos e depreciados a uma taxa média de 10,81% e 3,33%, respectivamente. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor. A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos solares e eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Controladora				
2020				
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
-	411.781	-	411.781	411.781
3,1%	2.932.388	(2.101.063)	831.325	901.445
2,8%	672.577	(507.817)	165.160	176.521
3,7%	2.165.506	(969.402)	1.196.104	1.229.470
14,3%	9.371	(6.068)	3.303	1.865
6,3%	7.256	(4.528)	2.728	3.010
Imobilizado em serviço	6.199.279	(3.588.878)	2.610.401	2.724.492
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	-	2.099	2.099
Imobilizado em curso (i)	40.211	-	40.211	75.513
Bens vinculados às concessões e autorizações	6.241.589	(3.588.878)	2.652.711	2.802.104
Direito de uso de sede administrativa	8.170	-	8.170	6.528
Total Imobilizado	6.249.759	(3.590.520)	2.659.239	2.808.342

11. IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador e os preceitos do laudo de avaliação elaborado para fins de determinação do custo atribuído na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos. Conseqüentemente, os valores residuais dos ativos hídricos do imobilizado da Companhia resultam da aplicação das vidas úteis definidas e os resultantes valores residuais que incluem o projeto básico, espelhando o direito de indenização ao final do contrato de concessão com base na melhor estimativa da administração da Companhia, inclusive comparada em posicionamento de seus assessores legais, quanto à legislação em vigor.

Os bens do ativo imobilizado da Companhia foram avaliados ao custo atribuído ("deemed cost") na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, em 1º de janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações, à exceção de terrenos que não são depreciados. A vida útil dos bens foi revisada em conjunto com a valorização dos ativos ao seu custo atribuído.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente e com base nas taxas determinadas pela ANEEL. A Companhia acompanha e revisa pelo menos uma vez ao ano o valor residual e vida útil dos ativos, inclusive quanto à legislação aplicável para concessões e ao direito de indenização dos ativos remanescentes e não amortizados ao final da concessão.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas agregam, mensalmente, os juros incorridos sobre as debêntures, empréstimos e financiamentos ao custo do ativo imobilizado em curso, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo imobilizado até a data em que o ativo subjacente esteja disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa mensal das debêntures aplicada sobre o ativo imobilizado em curso do mês; (c) os juros totais capitalizados não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo imobilizado aos quais foram incorporados. Os valores dos juros capitalizados às contas do ativo imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão apresentados nas notas explicativas nº 11 e 28.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Controladora					
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Outras mutações (I)
Terrenos	411.781	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	2.920.646	-	(1.568)	16.012	-	(2.702)
Edificações, obras civis e benfeitorias	671.261	-	(11)	2.550	-	(823)
Máquinas e equipamentos	2.128.571	-	(1.053)	73.827	-	(35.839)
Veículos	8.803	-	(1.469)	2.037	-	-
Equipamentos de informática, móveis e utensílios	7.256	-	-	-	-	-
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	-	-	-	-	-
Em curso	75.513	55.394	-	(94.426)	3.730	-
Direito de uso de sede administrativa	7.152	1.018	-	-	-	-
Subtotal	6.233.082	56.412	(4.101)	-	3.730	(39.364)
Depreciação/Amortização	(3.424.740)	(168.437)	2.657	-	-	-
Total líquido	2.808.342	(112.025)	(1.444)	-	3.730	(39.364)

	Consolidado									
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Efeito da aquisição de ativos Eólicos	Adições	Provisão para desmantelamento	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Perda de controle da Tucano Hoding III (nota 1.4)	Outras mutações (I)	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Terrenos	414.887	-	-	-	-	(603)	-	-	-	414.284
Reservatórios, barragens e adutoras	2.920.646	-	-	-	(1.568)	16.012	-	-	(2.702)	2.932.388
Edificações, obras civis e benfeitorias	756.356	-	-	-	(643)	(800)	-	-	(823)	754.090
Máquinas e equipamentos (ii)	4.962.410	650.716	7.263	57.792	(12.812)	100.804	-	-	(35.839)	5.730.334
Veículos	8.803	-	-	-	(1.469)	2.037	-	-	-	9.371
Móveis e utensílios e outros	7.274	62	-	-	-	-	-	-	-	7.336
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	-	-	-	-	-	-	-	-	2.099
Imobilizado em curso	80.814	6.701	204.878	-	-	-	6.269	(14.816)	1.892	168.288
Direito de uso de sede administrativa	7.651	-	1.047	-	-	(117.450)	-	-	-	8.698
Direito de uso de terreno arrendado	57.087	7.878	26.795	-	-	-	-	(11.582)	-	80.178
Subtotal	9.218.027	665.357	239.983	57.792	(16.492)	5.189	6.269	(26.398)	(37.472)	10.107.066
Depreciação/Amortização	(3.682.439)	-	(307.735)	(637)	5.189	-	-	189	-	(3.985.433)
Total líquido	5.535.588	665.357	(67.752)	57.155	(11.303)	-	6.269	(26.209)	(37.472)	6.121.633

(i) Refere-se a créditos de Pis e Cofins sobre o custo de aquisição de máquinas, equipamentos e edificações utilizados na atividade operacional, calculados com base no valor residual dos referidos ativos, em contrapartida à rubrica de Tributos a recuperar, linha Pis e Cofins, sendo R\$38.849 compensados parcialmente até 31 de dezembro de 2020, restando o saldo remanescente de R\$514 a ser compensado nos anos seguintes.

(ii) Dos R\$650.716, R\$121.729 refere-se à mais valia do ativo imobilizado sobre a aquisição do Complexo Ventus.

(c) Dos bens vinculados à concessão e autorizações

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga e bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 os ativos da Companhia e suas controladas que possuem essas características, são:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Concessão	2.605.234	2.754.113	2.605.234	2.754.113
Autorizações	45.378	45.892	3.431.519	2.718.296
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	2.099	-	-
Total	2.652.711	2.802.104	6.038.852	5.474.508

(d) Contrato de concessão

Em 20 de dezembro de 1999, foi firmado o contrato de concessão nº 92/99 (ANEEL - Tietê) com o objeto da produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente, por meio das centrais geradoras descritas na nota explicativa nº 1 e das instalações de transmissão de interesse restrito a essas centrais geradoras.

O prazo de vigência do referido contrato é de 30 anos, contado a partir da data de sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado mediante requerimento que deve ser apresentado ao Poder Concedente em até 36 meses antes do término do prazo do contrato. A ANEEL deverá se manifestar sobre o requerimento da prorrogação até o 18º mês anterior ao término do prazo da concessão. O deferimento do requerimento levará em consideração o cumprimento dos requisitos de exploração adequada.

O contrato de concessão estabelece que a energia elétrica seja comercializada pela Concessionária, tendo em vista sua condição de Produtor Independente, observadas as condições estabelecidas no contrato de concessão e na legislação específica.

Além disso, o contrato de concessão estabeleceu encargos relacionados ao cumprimento dos termos do contrato; do Edital de Privatização; da legislação sobre a exploração de potenciais hidráulicos; à manutenção das operações; dos equipamentos das usinas e de pessoal técnico apropriado; bem como observar as regulamentações setoriais, ambientais (obrigação de reflorestamento, preservação das margens, povoamento de peixes, entre outros) e a legislação vigente aplicáveis à Companhia, de modo a assegurar a continuidade, regularidade e eficiência da exploração dos aproveitamentos hidrelétricos.

Especificamente sobre o termo final do contrato, a subcláusula 2ª da cláusula 11 do contrato de concessão estabelece que no advento deste termo, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidrelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por fiscalização da ANEEL.

Em 23 de março de 2016, foi firmado o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 92/1999 que teve por objetivo transferir o Contrato de Concessão nº 92/1999-ANEEL para a AES Tietê Energia S.A nos termos aprovados pela Resolução Autorizativa nº 5.433, de 25 de agosto de 2015.

É entendimento dessa Administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, de que o valor residual dos bens não amortizados (inclusive dos terrenos, que não são depreciados ao longo do período da concessão), sejam eles vinculados ao denominado "Projeto Básico", ou advindos de investimentos posteriores, serão substancialmente indenizados pelo Poder Concedente, em caso de finalização do Contrato de Concessão.

(e) Autorizações

No final do prazo das autorizações das PCHs, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica, não havendo prorrogação, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, apurada por fiscalização da ANEEL. Desta forma, nenhuma obrigação relacionada à retirada destes bens foi registrada no balanço da Companhia.

Em relação aos bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica das usinas eólicas e solares, não será devida indenização dos investimentos realizados, assegurando-se, porém, ao produtor independente remover as instalações.

12. INTANGÍVEL

Ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em combinação de negócio, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais, de concessão ou autorização, são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado								
	Extensão de concessão	Uso do Bem Público	Direitos contratuais	Direito de exploração de autorização	Intangível gerado na combinação de negócios	Direitos e projetos em desenvolvimento	Software e outros intangíveis		
							Em curso	Em serviço	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	29.592	131.063	23.765	18.162	-	10.600	3.771	216.953
Adições	-	-	8.725	-	-	-	2.149	6.575	17.449
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(975)	3.806
Amortizações	-	(2.690)	(6.692)	(742)	(643)	-	-	(4.114)	(14.881)
Transferências	-	-	-	-	-	-	(8.855)	8.855	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	26.902	133.096	23.023	17.519	-	3.894	14.112	218.546
Adições	946.957	-	14.256	-	-	93.177	17.551	212	1.072.153
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(60)	(60)
Amortizações	-	(2.690)	(7.357)	(741)	(643)	(1.935)	-	(3.852)	(17.218)
Transferências	-	-	-	-	-	-	(1.375)	1.375	-
Perda de controle da Tucano Hoding III (nota 1.4)	-	-	-	-	-	(29.231)	-	-	(29.231)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	946.957	24.212	139.995	22.282	16.876	62.011	20.070	11.787	1.244.190

13. FORNECEDORES

A composição da conta de fornecedores é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
CIRCULANTE				
Rebaixamento hidrelétrico - GSF (i)	1.308.698	1.118.967	1.308.698	1.118.967
Energia elétrica comprada para revenda	61.993	25.922	64.009	26.000
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas - (nota 29)	3.029	4.078	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	10.201	9.875	12.274	12.075
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg	3.254	3.024	3.254	3.024
Subtotal	1.387.175	1.161.866	1.388.235	1.160.066
Materiais e Serviços	41.228	28.228	84.433	67.939
Materiais e Serviços - partes relacionadas (nota 29)	136	325	137	325
Total	1.428.539	1.190.419	1.472.805	1.228.330

(i) Este saldo é composto por valores efetivamente recebidos da CCEE, decorrentes dos efeitos da liminar obtida na discussão do denominado Rebaixamento Energético (GSF). O valor total informado pela CCEE (principal) é de R\$913.227 (R\$952.943 em 31 de dezembro de 2019). Como a discussão encontrava-se em andamento, a Companhia não reconheceu este ganho em seu resultado, sendo o valor em discussão registrado como obrigação na rubrica "Fornecedores" quando do seu recebimento através de liquidações da CCEE. Esse valor foi atualizado por IGP-M pela Companhia até a data de sua liquidação financeira, ocorrida em janeiro de 2021. Até 31 de dezembro de 2020, foi reconhecido no resultado financeiro de 2020 uma despesa com atualização monetária no montante de R\$229.447 (R\$74.717 em 31 de dezembro de 2019), vide nota explicativa nº 28. Em dezembro de 2020, a Companhia solicitou à CCEE, de forma voluntária, a inclusão de seus débitos oriundos do GSF na liquidação financeira da CCEE, na data-base de novembro de 2020, no valor de R\$1.308.698, cujo pagamento foi efetivado em 07 de janeiro de 2021. Para maiores detalhes sobre a evolução do GSF, vide nota explicativa nº 30.2 (c.1). A Companhia e suas controladas possuem contratadas 24 cartas de fiança no valor total de R\$1.321.347 e 23 seguros garantia no valor de

14. TRIBUTOS A PAGAR

	Consolidado			
	2020	2019	2020	2019
CIRCULANTE				
Imposto de renda	-	5.319	2.902	7.648
Contribuição social	-	2.520	1.873	3.806
INSS	2.530	2.281	2.984	2.421
PIS e Cofins	7.415	8.263	9.491	9.508
FGTS	3.012	965	3.328	967
Outros	1.672	1.427	2.281	1.946
Total	14.629	20.775	22.859	26.296

A Companhia e suas controladas Tietê Integra, Tietê Inova, Tietê Inova I, Tietê Inova II, Tietê Eólica, Guaimbê Holding, Nova Energia, Tucano Holding I, Tucano Holding II, Ventus Holding e as SPEs de Tucano são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a Companhia efetuou os recolhimentos das antecipações mensais com base na estimativa. Por sua vez, as controladas se utilizaram da apuração com base no balancete de redução, sendo que Tietê Integra, Tietê Inova, Guaimbê Holding, Tucano Holding I, Tucano Holding II e as SPEs de Tucano precisaram recolher antecipações, pois as demais apuraram prejuízo fiscal, de modo que não foi necessário efetuar antecipações. A apuração do imposto de renda e da contribuição social das SPEs dos Complexos Solar Ouroeste, Alto Sertão II e Guaimbê é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa, enquanto as SPEs do Complexo solar Ventus (Brasventos EOLO, Brasventos Miassaba 3 e Rei dos Ventos 3) também se encontram no regime de tributação lucro presumido, mas pelo regime de competência.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

15.1 Os saldos de debêntures, não conversíveis, empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Controladora									
	2020									
	Circulante					Não Circulante				
	Vencimento	Taxa Efetiva (i)	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	Total circulante + não circulante
MOEDA NACIONAL										
Debêntures										
5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	577	-	(1.103)	(526)	208.394	(1.780)	206.614	206.088
6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	5.043	-	(436)	4.607	362.785	(903)	361.882	366.489
7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	8.932	-	(1.553)	7.379	750.000	(1.057)	748.943	756.322
8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.578	15.373	(1.389)	15.562	196.428	(8.467)	187.961	203.523
9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	11.709	-	(405)	11.304	1.380.000	(2.339)	1.377.661	1.388.965
9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	9.303	-	(2.512)	6.791	683.262	(24.031)	659.231	666.022
9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,63%	7.099	-	(701)	6.398	190.679	(6.744)	183.935	190.333
Subtotal			44.241	15.373	(8.099)	51.515	3.771.548	(45.321)	3.726.227	3.777.742
Empréstimos e Financiamentos										
4ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 3,80%	6.625	175.000	(406)	181.219	-	-	-	181.219
5ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 4,29%	6.744	175.000	(551)	181.193	-	-	-	181.193
6ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 4,41%	5.700	150.000	(539)	155.161	-	-	-	155.161
Subtotal			19.069	500.000	(1.496)	517.573	-	-	-	517.573
MOEDA ESTRANGEIRA										
Scotiabank 4131	2025	USD + 1,63%	48	-	-	48	591.961	-	591.961	592.009
Subtotal			48	-	-	48	591.961	-	591.961	592.009
Total da dívida			63.358	515.373	(9.595)	569.136	4.363.509	(45.321)	4.318.188	4.887.324

	Controladora									
	2019									
	Circulante					Não Circulante				
	Vencimento	Taxa Efetiva (i)	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	Total circulante + não circulante
Debêntures										
4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	1.150	357.378	(4.363)	354.165	-	-	-	354.165
5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	502	-	(1.030)	(528)	199.363	(2.883)	196.480	195.952
6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	4.824	-	(403)	4.421	347.063	(1.340)	345.723	350.144
7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	18.544	-	(1.443)	17.101	750.000	(2.610)	747.390	764.491
8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.516	14.176	(1.410)	14.282	202.829	(9.857)	192.972	207.254
9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	24.252	-	(378)	23.874	1.380.000	(2.743)	1.377.257	1.401.131
9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	8.909	-	(2.248)	6.661	654.318	(26.515)	627.803	634.464
9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	6.073	-	(629)	5.444	182.601	(7.418)	175.183	180.627
Total da dívida			65.770	371.554	(11.904)	425.420	3.716.174	(53.366)	3.662.808	4.088.228

	Consolidado									
	2020									
	Circulante					Não Circulante				
	Vencimento	Taxa Efetiva (i)	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	Total circulante + não circulante
MOEDA NACIONAL										
Debêntures										
5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	577	-	(1.103)	(526)	208.394	(1.780)	206.614	206.088
6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	5.043	-	(436)	4.607	362.785	(903)	361.882	366.489
7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	8.932	-	(1.553)	7.379	750.000	(1.057)	748.943	756.322
8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.578	15.373	(1.389)	15.562	196.428	(8.467)	187.961	203.523
9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	11.709	-	(405)	11.304	1.380.000	(2.339)	1.377.661	1.388.965
9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	9.303	-	(2.512)	6.791	683.262	(24.031)	659.231	666.022
9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,63%	7.099	-	(701)	6.398	190.679	(6.744)	183.935	190.333
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,07%	218	25.152	(148)	25.222	42.968	(592)	42.376	67.598
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,16%	229	14.693	(140)	14.782	54.572	(563)	54.009	68.791
Subtotal			44.688	55.218	(8.387)	91.519	3.869.088	(46.476)	3.822.612	3.914.131
Empréstimos e Financiamentos										
4ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 3,80%	6.625	175.000	(406)	181.219	-	-	-	181.219
5ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 4,29%	6.744	175.000	(551)	181.193	-	-	-	181.193
6ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 4,41%	5.700	150.000	(539)	155.161	-	-	-	155.161
BNDES	2029	TJLP + 2,51% a 2,71%	717	26.542	-	27.259	207.910	-	207.910	235.169
Subtotal			19.786	526.542	(1.496)	544.832	207.910	-	207.910	752.742
MOEDA ESTRANGEIRA										
Scotiabank 4131	2025	USD + 1,63%	48	-	-	48	591.961	-	591.961	592.009
Subtotal			48	-	-	48	591.961	-	591.961	592.009
Total da dívida			64.522	581.760	(9.883)	636.399	4.668.959	(46.476)	4.622.483	5.258.882

	Consolidado									
	2019									
	Circulante					Não Circulante				
	Vencimento	Taxa Efetiva (i)	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	Total circulante + não circulante
Debêntures										
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,07%	260	24.085	(127)	24.218	65.237	(637)	64.600	88.818
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,16%	236	12.051	(121)	12.166	66.339	(606)	65.733	77.899
4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	1.150	357.378	(4.363)	354.165	-	-	-	354.165
5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	502	-	(1.030)	(528)	199.363	(2.883)	196.480	195.952
6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	4.824	-	(403)	4.421	347.063	(1.340)	345.723	350.144
7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	18.544	-	(1.443)	17.101	750.000	(2.610)	747.390	764.491
8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.516	14.						



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.4 Composição de moeda e indexadores do principal e encargos:

	Controladora				Consolidado			
	2020		2019		2020		2019	
	RS	%	RS	%	RS	%	RS	%
Moeda nacional	2.669.710	54,02	2.172.796	52,31	2.669.710	50,23	2.172.796	50,28
CDI	1.680.521	34,00	1.980.702	47,69	1.818.353	34,21	2.148.910	49,72
IFCA	—	—	—	—	235.169	4,42	—	—
TJLP	—	—	—	—	—	—	—	—
Moeda estrangeira	592.009	11,98	—	—	592.009	11,14	—	—
US\$	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	4.942.240	100,00	4.153.498	100,00	5.315.241	100,00	4.321.706	100,00

15.5 Parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Controladora				Consolidado				
	Debêntures	Moeda estrangeira	Custos de transação	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Custos de transação	Total
2022	495.709	—	—	(8.047)	487.662	531.362	—	(8.333)	549.571
2023	678.240	—	—	(6.874)	671.366	701.317	—	(26.542)	720.700
2024	200.181	295.980	—	(6.440)	489.721	221.162	295.980	(6.726)	536.958
2025	19.928	295.981	—	(6.916)	308.993	37.759	295.981	(7.201)	353.081
2026	711.636	—	—	(7.118)	704.518	711.636	—	(7.118)	731.060
Após 2026	1.665.854	—	—	(9.926)	1.655.928	1.665.852	—	(9.939)	1.731.113
	3.771.548	591.961	—	(45.321)	4.318.188	3.869.088	591.961	(46.476)	4.622.483

15.6 Variação dos indexadores utilizados para atualização das debêntures, empréstimos e financiamentos:

	2020	2019
CDI (índice do último dia útil do período)	1,90%	4,40%
TJLP (índice do último dia útil do período)	4,87%	5,57%
IFCA (índice acumulado dos últimos 12 meses)	4,52%	4,31%
Dólar (índice do último dia útil do período)	5,19	4,03

15.7 Compromissos financeiros - "Covenants"

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia, seus credores, utilizam-se dos covenants financeiros, descritos nos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada indireta, Tiête Eólica, acompanham seus covenants qualitativos, conforme definidos, nos mesmos contratos. Em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia manteve o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

Emissões - AES Tiête Energia S.A.	Objetivo	Covenant	Covenant apurado em 31/12/2020
5ª e 6ª Emissões de debêntures	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado (i) dos últimos 12 meses.	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 3,5x$ ou $\leq 3,85x$ em caso de aquisição de Ativos pela emissora, durante o período de 36 meses ou até a data de vencimento, o que ocorrer primeiro	1,53x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses.	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,5x$	8,77x
7ª Emissão de debêntures	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses.	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,0x$, sendo que em caso de Evento de Investimento (ii) pela emissora, o índice assume os seguintes limites: (a) $\leq 4,5x$ durante o período de 12 meses; (b) $\leq 4,25x$ do 13º ao 24º mês; e (c) $\leq 4,0x$ até a data de vencimento	1,53x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses.	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,25x$	8,77x
8ª Emissão de debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa das SPES do Complexo Solar de Boa Hora pelo serviço da dívida da 8ª Emissão da Companhia. A periodicidade da verificação deste índice é anual, com base nas demonstrações contábeis dessas SPES e da Companhia.	ICSD: $\geq 1,2x$	1,32
9ª Emissão de debêntures	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses.	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,5x$	1,53x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses.	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,25x$	8,77x
4ª Emissão de notas promissórias	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses.	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,5x$	1,53x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses.	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,25x$	8,77x
5ª Emissão de notas promissórias	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses.	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,5x$	1,53x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses.	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,25x$	8,77x
6ª Emissão de notas promissórias	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses.	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,5x$	1,53x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses.	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,25x$	8,77x
Scotiabank 4131	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses.	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,5x$	1,53x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses.	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,25x$	8,77x

Emissões - Complexo Eólico Alto Sertão II	Objetivo	Covenant	Covenant apurado em 31/12/2020
1ª Emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social.	ICSD: $\geq 1,3x$	3,21 (iii)

Emissões - Complexo Eólico Ventus	Objetivo	Covenant	Covenant apurado em 31/12/2020
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social.	ICSD: $\geq 1,3x$	1,63
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social.	ICSD: $\geq 1,3x$	3,02
Rio dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social.	ICSD: $\geq 1,3x$	1,37

(i) EBITDA ajustado: significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil da Emissora na linha "Resultado antes dos impostos e lucro" (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; e (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada. No caso de uma aquisição de ativos, o cálculo e a verificação do índice financeiro deverá considerar o EBITDA Ajustado pró-forma do ativo adquirido, consolidado com o da Emissora, relativo aos 12 meses anteriores à data de liquidação da respectiva aquisição de ativos.

(ii) Evento de investimento: Significa uma aquisição, pela Emissora, direta ou indiretamente, de qualquer participação societária, inclusive por meio de subscrição ou compra e venda de valores mobiliários, fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, ou outros investimentos pela Emissora para a construção ou desenvolvimento de projetos de geração, armazenamento, comercialização e/ou gestão de energia, inclusive em decorrência de leilões de energia elétrica.

(iii) Condições Restritivas: A controlada indireta Tiête Eólica possui debênture de infraestrutura com cláusulas de condições restritivas, tais como não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, acima do dividendo mínimo obrigatório, que representa 1% do lucro líquido ajustado, salvo se expressamente autorizado pelos debenturistas reunidos em AGD, ou se atendidos os seguintes itens: (i) preenchidas as contas pagamento debêntures, contas reservas de debêntures e O&M; (ii) atingido o ICSD mínimo de 1,30 vez; (iii) geração mínima consolidada das centrais geradoras eólicas de 1.430,475 MWh no período de doze meses imediatamente anteriores à distribuição pretendida; (iv) verificação do completion físico LER 2010 e completion físico LEN 2011 e (v) completion financeiro do Projeto.

16. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Os contratos de arrendamento são relacionados a aluguéis de terrenos (284 contratos) e aluguéis de sedes administrativas (2 contratos), com vigência até 2051. A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 10,08% a.a. A movimentação do passivo arrendado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	20.223	62.727
Ingressos (i)	1.133	27.842
Encargos financeiros	2.353	8.867
Pagamento de principal	(2.727)	(7.471)
Perda de controle da Tucano Hoding III (nota 1.4)	—	(12.141)
Efeito da aquisição do Complexo Eólico Ventus	—	8.387
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.982	88.211

(i) No consolidado, refere-se principalmente a contratos de arrendamentos do Complexo Eólico Tucano, no montante de R\$23.368, os quais atendem aos requisitos contábeis de reconhecimento do direito de uso e do passivo de arrendamento por existir o direcionamento do uso do bem e ser provável de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do arrendamento. Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

	Controladora	Consolidado
CIRCULANTE		
2021	876	1.884
Subtotal	876	1.884
NÃO CIRCULANTE		
2022	954	2.124
2023	1.039	2.348
2024	1.132	2.535
2025	1.233	2.739
Após 2025	15.748	76.581
Subtotal	20.106	86.327
Total	20.982	88.211

A Companhia possui contratos de subarrendamento de terrenos com suas controladas diretas AGV e Boa Hora, nos montantes de R\$7.290 e R\$6.804, totalizando R\$14.094 (nota explicativa nº 29). Os terrenos foram subarrendados pelo prazo remanescente do contrato principal, possuindo uma mesma taxa de desconto de 10,08% a.a. e vigência até novembro de 2045. Os montantes registrados no passivo são atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. As condições de sublocação são as mesmas do aluguel original. Dessa forma, não há ganho reconhecido. Os direitos de uso foram reconhecidos nas controladas e as obrigações de arrendamento na Companhia. Adicionalmente, foi reconhecido uma contas a receber na controladora e um contas a pagar nas controladas.

17. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

17.1 Previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A Vivest é a principal entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Em 03 de maio de 2019, foi aprovado pela PREVIC, por meio da Portaria PREVIC nº 296, a alteração no regulamento do PSAP/Tiête, que trata do fechamento às novas adições. O novo regulamento tem início de vigência em 1º de junho de 2019. Nesta mesma data, houve a abertura de um novo plano de contribuição definida (CD). Adicionalmente, em 17 de dezembro de 2020, foi aprovado pela PREVIC, por meio da Portaria PREVIC nº 867, nova alteração no regulamento do PSAP/Tiête, que trata do saldamento do plano de benefícios. Esta operação de saldamento resulta na suspensão dos aportes de contribuições no PSAP/Tiête e, a partir desta data, os aportes serão efetuados no plano CD, criado em 2019. O objetivo foi mitigar riscos de futuros déficits, buscando maior equilíbrio e controle das obrigações do plano e, ao mesmo tempo, preservar o direito adquirido dos participantes e assistidos, diminuindo também as contribuições para equacionamento de eventuais déficits futuros. Os riscos mitigados foram de aumento da obrigação atuarial em função do acúmulo de tempo de serviço e do crescimento salarial do subplano BD. Os riscos financeiros e de mortalidade continuaram existindo, porém terão um impacto menor sobre o passivo do sup plano BD. O custeio do plano para a parcela de benefício definido (BD) é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio variam de 1,45% a 8,88%, conforme faixa salarial, e são reavaliadas periodicamente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da Companhia até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração. O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo método de crédito unitário projetado, líquido dos ativos garantidores do plano. A Companhia avalia seu passivo com benefícios suplementares de aposentadoria por meio de

avaliação atuarial realizada em bases anuais, com a ajuda de consultores especializados em serviços atuariais. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas descritas a seguir. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Ao final do exercício de 2020, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano. As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir: (i) Taxa de desconto: a Companhia considera as taxas dos títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração (tempo médio de pagamento futuro dos benefícios) da obrigação do benefício definido; (ii) Taxa de mortalidade: se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. A Funcesp testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano; (iii) Aumento salarial, benefícios e inflação: a hipótese de crescimento salarial é definida pela Companhia, de acordo com sua política de remuneração, para refletir a expectativa de crescimento salarial real para os próximos anos. Os reajustes de benefícios são corrigidos anualmente pelo IGP-DI, que é o indexador do plano. Em relação à taxa de inflação, foi determinado 3,75% com base nas taxas projetadas para os próximos 10 anos. (iv) A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

O ativo ou passivo líquido do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar (Vivest). O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reembolso ou de reduções nas contribuições patronais futuras do plano. Em 31 de dezembro de 2020, a Vivest indicou um déficit no plano BD de R\$29.009 (R\$8.385 em 31 de dezembro de 2019), valor superior ao limite estabelecido pela Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, que para o exercício de 2020 é de R\$20.829 (R\$16.578 em 31 de dezembro de 2019). O BSPS apresentou déficit técnico pela Vivest de R\$23.183 (superávit de R\$27.186 em 31 de dezembro de 2019), valor superior ao limite estabelecido pela Resolução CNPC, que para o exercício de 2020 é de R\$19.203.

Como para ambos os planos BD e BSPS houve déficit superior ao limite técnico estabelecido pelo CNPC, deverá ser aprovado um plano de equacionamento até o final do exercício subsequente e ser amortizado pelo período correspondente a 1,5 a duração do passivo. Vale ressaltar que existem duas formas de apuração de resultados desse plano: a que a Companhia calcula para atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e a calculada pelo administrador do plano para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC. Os valores estimados são diferentes pois utilizam metodologias e premissas distintas.

Programa de incentivo à aposentadoria

A Companhia possui Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA), previsto em seu acordo coletivo. O aderente ao PIA receberá os seguintes benefícios: (i) indenização variável equivalente a 0,3 do último salário-base por ano de trabalho prestado à Companhia, limitado a 10 salários (ii) 12 meses de auxílio alimentação (VA/VR); (iii) 18 meses de assistência médica hospitalar e odontológica aos empregados e seus dependentes diretos e (iv) multa de 40% do FGTS.

Em dezembro de 2020, a Companhia efetuou o reconhecimento inicial desse passivo, no montante R\$11.187, em contrapartida aos outros resultados abrangentes, no montante de R\$2.602 e às demonstrações dos resultados, no montante de R\$8.585, sendo R\$4.155 registrado em despesas gerais e administrativas e R\$4.430 no resultado financeiro.

Informações relevantes das obrigações com benefícios pós-emprego

Ativos e passivos atuariais

	Consolidado	
	2020	2019
Valor presente das obrigações atuariais	609.194	538.210
Valor justo dos ativos do plano	(488.968)	(449.209)
Subtotal passivo (ativo) registrado com previdência privada	120.226	89.001
Valor presente das obrigações atuariais	11.187	—
Subtotal passivo (ativo) registrado com programa de incentivo à aposentadoria	11.187	—
Total das obrigações com benefícios pós-emprego	131.413	89.001

Movimentações do valor presente das obrigações atuariais

	Consolidado	
	2020	2019
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	538.210	433.263
Custo dos serviços correntes	3.825	3.850
Custo do serviço passado	(30.904)	—
Custo dos juros	45.018	40.496
Benefícios pagos	(26.314)	(23.575)
Contribuições dos empregados	1.824	1.826
Perda (Ganho) atuarial	83.922	82.350
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	620.381	538.210

Movimentações do valor justo dos ativos do plano

	Consolidado	
	2020	2019
Valor dos ativos do plano no início do exercício	449.209	401.124
Rendimento esperado dos ativos do plano	33.845	37.542
Contribuição do empregado	3.252	3.252
Contribuições dos empregados	1.824	1.826
Benefícios pagos	(26.314)	(23.575)
Ganho atuarial nos ativos do plano	27.152	30.787
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	488.968	449.209

Despesas reconhecidas no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custo dos serviços correntes	4.469	3.850	4.469	3.850
Custo do serviço passado	(30.904)	—	(30.904)	—
Custo dos juros	40.588	40.496	40.588	40.496
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(33.844)	(37.542)	(33.844)	(37.542)
Subtotal das despesas benefício definido	(19.691)	6.804	(19.691)	6.804
Contribuição definida	1.931	1.291	1.937	1.278
Total da despesa com entidade de previdência privada	(17.760)	8.095	(17.544)	8.082
Custo dos serviços correntes	4.156	—	4.156	—
Custo dos juros	4.430	—	4.430	—
Total das despesas programa de incentivo à aposentadoria	8.586	—	8.586	—
Total das despesas com benefícios pós-emprego	(9.174)	8.095	(9.168)	8.082

O custo dos juros e o rendimento sobre o valor justo do ativo do plano são apresentados no resultado financeiro, na rubrica "Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos". O custo dos serviços correntes e contribuição definida são apresentados sob a rubrica "Gerais e administrativas", linha Benefícios pós-emprego.

Movimentações do passivo (ativo) registrado

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo no início do período	89.001	32.139
Despesa do período conforme laudo atuarial	(19.691)	6.804
Ajuste de avaliação atuarial (remensurações)	54.168	51.563
Pagamentos de contribuições	(3.252)	(1.505)
Saldo no final do período	120.226	89.001

O aumento significativo do passivo registrado deve-se à redução da taxa de desconto real, conforme poderá ser calculada com as informações divulgadas na nota explicativa nº 17.3.8.

Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes

	Controladora	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	(76.556)	(24.993)
Perda atuarial gerado pela taxa de desconto	(815)	(80.293)
Ganho (perda) atuarial gerada pela experiência demográfica	(80.505)	(2.057)
Ganho (perda) atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	27.152	30.787
Saldo no final do exercício	(130.724)	(76.556)

Composição dos investimentos do plano por segmento



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. ENCARGOS SETORIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
CIRCULANTE				
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	8.264	8.552	8.264	8.552
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	9.557	8.307	9.557	8.307
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	644	506	644	506
Ministério de minas e energia	322	253	322	253
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	667	—	667	—
Taxa de fiscalização ANEEL	679	681	909	841
Subtotal	20.133	18.299	20.363	18.459
NÃO CIRCULANTE				
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	7.124	9.726	7.124	9.726
Subtotal	7.124	9.726	7.124	9.726
Total	27.257	28.025	27.487	28.185

20. OBRIGAÇÕES DE AQUISIÇÕES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
CIRCULANTE				
Obrigações de aquisições				
Obrigações de aquisições (i)	249.635	39.752	249.635	1.250
Subtotal	249.635	39.752	249.635	1.250
Outras obrigações				
Ressarcimento passivo (ii)	—	—	101.000	43.754
Participação nos lucros e resultados	13.180	10.733	13.218	10.755
Férias	9.814	7.986	9.978	8.006
Encargos sociais sobre férias e gratificações	3.461	2.818	3.472	2.825
Meio ambiente	1.955	1.927	2.327	2.353
Obrigações especiais (iii)	406	484	406	484
Ajuste financeiro MCSO (iv)	—	—	467	5.138
Bônus	6.241	1.314	6.241	1.314
Demais obrigações	2.338	2.197	10.370	9.880
Subtotal	37.395	27.459	147.479	84.509
NÃO CIRCULANTE				
Obrigações de aquisições e outras obrigações				
Provisões para desmobilização (v) (nota 11)	—	—	71.509	13.225
Obrigações de aquisições (i)	63.048	30.370	63.048	30.370
Ressarcimento passivo (ii)	—	—	26.173	9.496
Meio ambiente	9.519	9.174	9.980	15.761
Derivativos - Swap (nota 30.1)	8.039	—	8.039	—
Obrigações especiais (iii)	1.785	3.426	1.785	3.426
Demais obrigações	608	3.732	4.258	4.414
Subtotal	82.999	46.702	184.792	76.692
Total	370.029	113.913	581.906	162.451

(i) No passivo circulante, o montante atualizado de R\$249.635, refere-se à parcela da contraprestação transferida a ser paga pela aquisição de ativos do Complexo Eólico Tucano, no montante de R\$29.644 e do Complexo Eólico Ventus, no montante de R\$219.991, detalhadas na nota explicativa nº 1.4 e 1.5. Nas obrigações de aquisições do passivo não circulante, do valor total de R\$2.020, R\$28.224 refere-se à aquisição do Complexo Alto Sertão II, R\$14.557 refere-se à aquisição do Complexo Eólico Tucano e R\$20.267 refere-se à aquisição do Complexo Eólico Ventus.

(ii) Os parques eólicos e solares operam contratos de Energia de Reserva (LER) e contratos de Energia Nova (LEN). Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos de geração em relação a receita fixa com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras do mecanismo. Os ressarcimentos por desvios negativos de geração estão sendo apresentados na rubrica de outras obrigações. Já os ressarcimentos por desvios positivos de geração, estão sendo apresentados na rubrica de outros ativos, sendo ambos tendo como contrapartida a rubrica de "Receita operacional". Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do passivo de ressarcimento apresentou aumento significativo em função do acúmulo das restrições de geração demandadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de algumas usinas do Complexo Eólico Alto Sertão II, visto que as devoluções do passivo de ressarcimento encontram-se suspensas pela ANEEL até a conclusão da análise do processo público de regulamentação dessa situação.

(iii) De acordo com a publicação do Decreto 9022/2017, em seu artigo 27, os recursos do fundo de reversão e da Reserva Global de Reversão (RGR) que foram investidos e não compensados serão corrigidos monetariamente pelos mesmos índices de correção dos ativos. Assim, a Companhia amortizará integralmente os débitos com o fundo da RGR até 31 de dezembro de 2026. A CCEE vem cobrando o referido saldo em parcelas mensais, aplicando juros de 5% a.a..

(iv) De acordo com o estabelecido no contrato de venda para a Renova Comercializadora de Energia S.A., firmado em 03 de agosto de 2017, a diferença entre a energia comprada e a energia entregue, geraria uma obrigação de ressarcimento, com as mesmas regras do CCEAR com a CCEE. O ressarcimento atualizado pelo IPCA foi pago em dezembro de 2020.

(v) Refere-se à provisão para desmobilização em contrapartida ao imobilizado, correspondente à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo dos Complexos Eólicos Alto Sertão II e Ventus e Complexos Solares AGV, Boa Hora, Guaimbé. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até ao fim da vida útil dos parques. As provisões constituídas para o Complexo Eólico Ventus e Complexos Solares AGV, Boa Hora, Guaimbé foram registradas em dezembro de 2020, no montante de R\$47.744.

Até novembro de 2020, a taxa de desconto real utilizada para o cálculo do valor presente da provisão era de 4,1% na data-base da avaliação. No entanto, em dezembro de 2020, a Companhia reavaliou sua estimativa e, em função da revisão dos custos atualizados de desmobilização assim como riscos de mercado associados, foi adotada a taxa SELIC de longo prazo de 1,75% como base para a taxa de desconto.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social autorizado é de R\$4.600.000 sendo R\$2.383.260 em ações ordinárias e R\$2.216.740 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$474.607 (R\$474.607 em 31 de dezembro 2019), dividido em 1.995.532.616 ações, sendo 786.265.136 ações ordinárias e 1.209.267.480 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

A seguir está apresentada a composição acionária da Companhia:

	2020		2019	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	484.391.716	61,61	484.391.716	61,61
AES Holdings Brasil II S.A.	79.926.308	10,04	—	—
BNDESPAR	39.557.329	5,03	113.392.035	14,42
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	30.165.523	3,84	31.675.125	4,03
Outros	153.224.257	19,48	156.806.257	19,94
Ações ordinárias em circulação	786.265.133	100,00	786.265.133	100,00
Acções em tesouraria	3	—	3	—
Total das ações ordinárias	786.265.136	100,00	786.265.136	100,00
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	1.562.372	0,13	1.562.372	0,13
AES Holdings Brasil II S.A.	315.705.232	26,11	—	—
BNDESPAR	158.215.607	13,08	453.554.431	37,51
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	120.662.092	9,98	126.700.500	10,48
Outros	613.122.165	50,70	627.450.165	51,88
Ações preferenciais em circulação	1.209.267.468	100,00	1.209.267.468	100,00
Acções em tesouraria	12	—	12	—
Total das ações preferenciais	1.209.267.480	100,00	1.209.267.480	100,00
Total	1.995.532.616		1.995.532.616	

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite capital social autorizado por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária emitindo as ações correspondentes a cada espécie, respeitada a proporção das ações existentes, podendo também emitir bônus de subscrição.

21.1. Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

	Controladora	
	2020	2019
Reservas de capital:		
Reserva especial de ágio na incorporação (a)	128.609	128.609
Remuneração das imobilizações em curso - capital próprio	9.405	9.405
Ações e opções de ações outorgadas (b)	3.790	3.274
Resultado da alienação de ações em tesouraria	264	264
Subtotal	142.068	141.552
Outros resultados abrangentes:		
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos (c)	629.890	685.646
Plano de previdência privada - ganho (perda) atuarial, líquido de impostos	(86.277)	(50.526)
Programa de incentivo a aposentadoria	(1.717)	—
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	(9.001)	(9.380)
Subtotal	532.895	625.740
Reservas de lucro:		
Reserva legal (d)	94.921	94.921
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	—	97.477
Dividendos intermediários	7.942	—
Reserva de investimentos	16.873	16.873
Subtotal	119.736	209.271
Total	794.699	976.563

(a) A reserva especial de ágio foi gerada pelos seguintes eventos: (i) incorporação do ágio da controladora AES Gás Ltda. no montante de R\$266.740, dos quais R\$59.811 foram capitalizados, remanescendo na conta de reserva o montante de R\$206.929; (ii) incorporação do ágio da AES Tiête Participações S.A. no montante de R\$25.617, conforme deliberado na AGE realizada em 28 de setembro de 2007; e (iii) incorporação do ágio da AES Brazilian Energy Holdings no montante de R\$108.652 como parte da reorganização societária, totalizando R\$341.196.

Em 05 de julho de 2016 e 07 de agosto de 2019, a Companhia aumentou seu capital, mediante a capitalização parcial da Reserva Especial de Ágio nos valores de R\$154.628 e R\$57.961, respectivamente, decorrentes da realização do benefício fiscal do ágio, remanescendo na conta de reserva o montante de R\$128.609.

De acordo com o permitido na Instrução CVM nº319, na medida em que seja realizada o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor da AES Holding Brasil Ltda. e da BNDESPAR, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 7.4.

(b) É composta por outorga de ações e opções de compra de ações da The AES Corporation aos administradores,acionários ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da The AES Corporation após o aporte de recursos através da entrega das ações aos colaboradores da Companhia, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

(c) Ajuste de Avaliação Patrimonial (custo atribuído ao ativo imobilizado): A Companhia decidiu atribuir novo custo aos saldos de seus ativos imobilizados na data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos (CPCs), em 1 de janeiro de 2009. Assim, foi elaborado um laudo de avaliação do ativo imobilizado da Companhia. Na data de transição o valor desta mais valia, no montante de R\$1.437.623, foi registrado no ativo imobilizado em contrapartida ao patrimônio líquido, na rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial", líquido dos efeitos tributários os quais estão classificados como "Tributos e contribuições sociais diferidos" no passivo não circulante, e são realizados na medida em que a mais valia dos bens vinculados a ela seja depreciada/amortizada ou alienada.

(d) De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social. Em 2019, a Companhia atingiu o limite estabelecido pela legislação, não sendo necessário o registro de complemento a partir dessa data. A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

22. DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como passivo circulante nas seguintes ocasiões: (i) dividendos intermediários e/ou intercalares - quando de sua aprovação pela Reunião do Conselho de Administração (RCA); (ii) se aplicável, o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social; (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício - quando de sua aprovação pela AGO, e (iv) juros sobre o capital próprio - quando de sua aprovação pela RCA ou AGO.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é apropriado ao resultado do exercício, na mesma competência do reconhecimento das despesas com juros sobre o capital próprio.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	848.021	300.119
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	55.756	57.983
Ajuste por conta de dividendos e juros sobre capital próprio prescritos	185	520
Constituição de reserva legal (nota 22.1 (e))	—	(11.592)
Base para pagamento de dividendos	903.962	347.030
Destinação:		
Dividendos intermediários	295.189	205.137
Juros sobre o capital próprio	35.621	44.416
Dividendos adicionais propostos	—	97.477
Lucros a destinar na AGO	573.152	—
Total destinado	903.962	347.030

22.1. Dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício de 2019 pagos em 2020

Em 31 de dezembro de 2019, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi registrada proposta da Administração da Companhia para distribuição de dividendos complementares no montante de R\$97.478, correspondente a R\$0,04884797191 por ação ordinária e preferencial e R\$0,24423985955 por *unit* referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este valor estava classificado no patrimônio líquido sob a rubrica "proposta de distribuição de dividendos adicionais". Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 01 de julho de 2020, foi aprovada sua distribuição, sendo o pagamento realizado em 26 de agosto de 2020.

22.2. Dividendos do exercício de 2020

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de maio de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$9.210 correspondente a R\$0,04470471263 por ação ordinária e preferencial e R\$0,22352356315 por *unit* referente ao período encerrado em 31 de março de 2020. O pagamento foi realizado em 20 de maio de 2020.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de agosto de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$132.899 correspondente a R\$0,06659831315 por ação ordinária e preferencial e R\$0,33299156575 por *unit* referente ao período encerrado em 30 de junho de 2020. O pagamento foi realizado em 23 de setembro de 2020.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de novembro de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$65.138 correspondente a R\$0,03264206955 por ação ordinária e preferencial e R\$0,16321034775 por *unit* referente ao período encerrado em 30 de setembro de 2020. O pagamento foi realizado em 25 de novembro de 2020.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$7.942 correspondente a R\$0,00397941796 por ação ordinária e preferencial e R\$0,0198970898 por *unit* referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. O pagamento será realizado até o final de 2021.

Juros sobre o capital próprio do exercício de 2020

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de dezembro de 2020, foi aprovada a distribuição dos juros sobre o capital próprio, imputáveis ao dividendo obrigatório referentes ao exercício de 2020, no montante de R\$35.621 correspondente a R\$0,01785055349 por ação ordinária e preferencial e R\$0,08925276745 por *unit*. O pagamento será realizado no exercício social de 2021, em data a ser definida pela Diretoria da Companhia.

Movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

	Controladora	
	2020	2019
Saldo em 31 de dezembro de 2018	41.585	205.137
Dividendos intermediários	38.191	38.191
Juros sobre o capital próprio, líquido de IRRF	78.616	78.616
Dividendos complementares	(324.142)	(520)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	38.867	38.867
Prescrição de dividendos	384.725	384.725
Saldo em 31 de dezembro de 2019	30.547	30.547
Dividendos intermediários	(422.594)	(185)
Juros sobre o capital próprio, líquido de IRRF	(520)	(520)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	422.594	422.594
Prescrição de dividendos	(185)	(185)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	31.360	31.360

23. RESULTADO POR AÇÃO

23.1. Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico

A tabela a seguir apresenta o resultado básico por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

	Controladora	
	2020	2019
Numerador:		
Resultado líquido do exercício	848.021	300.119
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	786.265	779.611
Média ponderada do número de ações preferenciais	1.209.267	1.199.033
Denominador ajustado	1.995.532	1.978.644
Denominador para lucro básico por ação	1.995.532	1.978.644
Denominador para lucro básico por ação ajustado	1.995.532	1.978.644
Resultado básico por ação (R\$ por ação)	0,42496	0,15168
Resultado básico por ação ordinária	0,42496	0,15168
Resultado básico por ação preferencial	0,42496	0,15168
Resultado básico por Unit	2,12480	0,75840
Resultado atribuível aos acionistas:		
	2020	2019
Ordinárias	334.131	118.251
Preferenciais	513.890	181.868
Total	848.021	300.119

23.2. Demonstração do cálculo do lucro por ação - diluído

Conforme mencionado na nota explicativa nº 21.1, a Companhia possui uma reserva especial de ágio no montante de R\$128.609 (R\$128.609 em 31 de dezembro de 2019), que poderá ser capitalizada a favor de sua controladora AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR, sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital pelo direito de preferência, de forma a manter sua participação acionária na Companhia. A aquisição de participação acionária da BNDESPAR apresentada na nota explicativa nº 2 não altera as condições anteriormente acordadas do direito de capitalização do ágio.

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio são consideradas diluidoras para o cálculo do resultado por ação diluído da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Caso a reserva seja capitalizada em favor dos acionistas AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR com emissão de 100% das ações e nenhum acionista minoritário exerça seu direito de participar do aumento de capital, o percentual dos demais acionistas reduziria de 45,96% para 45,09% em 31 de dezembro de 2020, considerando os preços das ações nesta mesma data.

	Controladora	
	2020	2019
Numerador:		
Resultado líquido do exercício	848.021	300.119
Denominador incluindo ações a serem subscritas com a totalidade da reserva de ágio (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	801.391	791.396
Média ponderada do número de ações preferenciais	1.232.671	1.225.274
Resultado diluído por ação (



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	38.753	67.803	48.276	73.702
Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo	—	—	9.853	—
Atualização de créditos tributários	—	4.666	156	4.535
Renda de cauções e depósitos judiciais	2.256	4.905	3.948	9.877
PIS e COFINS sobre receita financeira	(2.001)	(3.651)	(2.197)	(3.934)
Receta de subarrendamento com partes relacionadas (nota nº 29)	361	1.166	419	554
Outras	—	326	—	—
Variações Cambiais:				
Marcação a mercado de derivativos	—	—	632	7.752
Total	40.915	75.215	61.087	92.486
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas (nota 15.2)	(236.532)	(267.286)	(250.352)	(304.361)
Atualização monetária GF (nota 13)	(229.447)	(74.717)	(229.447)	(74.717)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos (nota 15.2)	(85.472)	(56.575)	(92.056)	(64.225)
Prêmio de resgate antecipado	—	(6.122)	—	(6.122)
Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos (nota 17)	(11.174)	(2.954)	(11.175)	(2.954)
Atualização monetária de obrigações por aquisições	(2.105)	(6.003)	—	(6.003)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso (i)	3.730	4.343	6.269	23.257
Juros sobre passivos de arrendamento	(818)	(767)	(6.826)	(5.785)
Despesa de subarrendamento com partes relacionadas (nota nº 29)	(1.535)	(1.166)	—	—
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(10.530)	(2.793)	(10.530)	(4.419)
Outras	(2.572)	(4.671)	(6.264)	(4.831)
Variações Cambiais:				
Repasse de energia - Itaipú (nota 19.1)	13.458	(2.047)	13.458	(2.047)
Hedge dos empréstimos e financiamentos	(8.039)	—	(8.039)	—
Empréstimos e financiamentos	8.039	—	8.039	—
Fornecedores	—	—	(3.541)	—
Outros	(288)	(17)	(290)	1.696
Total	(563.285)	(420.775)	(590.754)	(450.511)
Total Líquido	(522.370)	(345.560)	(529.667)	(358.025)

(i) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,9% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (9,5% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), sobre os ativos qualificáveis.

29. PARTES RELACIONADAS

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo				
Contas a receber de clientes - AES Tietê Integra (i)	1.946	—	—	—
Outros ativos (nota 9)	—	—	—	—
Contas a receber - Tucano F6	235	—	235	—
Contas a receber - Tucano F7	264	—	264	—
Contas a receber - Tucano F8	236	—	236	—
Contas a receber - Tucano Holdings III S.A.	7	—	7	—
Subarrendamento - Boa Hora 1 (ii)	43	22	—	—
Subarrendamento - Boa Hora 2 (ii)	43	21	—	—
Subarrendamento - Boa Hora 3 (ii)	43	40	—	—
Subarrendamento - AGV IV (ii)	45	22	—	—
Subarrendamento - AGV V (ii)	45	22	—	—
Subarrendamento - AGV VI (ii)	46	22	—	—
Subtotal	1.007	149	742	—
Outros ativos (nota 9)	—	—	—	—
Dividendos a receber da Boa Hora 1	—	465	—	—
Dividendos a receber da Boa Hora 2	—	587	—	—
Dividendos a receber da Boa Hora 3	—	469	—	—
Dividendos a receber da Nova Energia	—	615	—	—
Dividendos a receber da AGV Solar IV	—	23	—	—
Dividendos a receber da AGV Solar V	—	58	—	—
Dividendos a receber da AGV Solar VI	—	56	—	—
Subtotal	—	2.273	—	—
Subtotal circulante	2.953	2.422	742	—
Outros ativos (nota 9) (ii)	—	—	—	—
Subarrendamento - Boa Hora 1	2.225	2.199	—	—
Subarrendamento - Boa Hora 2	2.225	2.199	—	—
Subarrendamento - Boa Hora 3	2.225	2.199	—	—
Subarrendamento - AGV IV	2.385	2.357	—	—
Subarrendamento - AGV V	2.385	2.357	—	—
Subarrendamento - AGV VI	2.384	2.357	—	—
Subtotal não circulante	13.829	13.668	—	—
Total do ativo	16.782	16.090	742	—
Passivo				
Fornecedores (nota 13)	—	—	—	—
Energia elétrica comprada para revenda	—	—	—	—
Compra de energia - AGV Solar IV (iii)	613	824	—	—
Compra de energia - AGV Solar V (iii)	1.208	1.627	—	—
Compra de energia - AGV Solar VI (iii)	1.208	1.627	—	—
Subtotal	3.029	4.078	—	—
Materiais e Serviços - Reembolso de despesas para a AES Corp. (nota 13)	136	325	137	325
Total	3.165	4.403	137	325
Obrigações com entidade de previdência privada (nota 17)	—	—	—	—
Obrigações com benefícios pós-emprego (v)	120.226	89.001	120.226	89.001
Juros sobre o capital próprio a pagar - AES Holdings Brasil	7.373	9.194	7.373	9.194
Juros sobre o capital próprio a pagar - AES Holdings Brasil II	5.867	—	5.867	—
Total do passivo	136.311	102.598	133.603	98.520

Resultado

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	10.944	—	—	1.227
AES Tietê Integra (v)	—	—	—	—
Cessão de energia - Maron (vi)	—	249	—	—
Cessão de energia - Pilões (vi)	—	249	—	—
Cessão de energia - Ametista (vi)	—	249	—	—
Cessão de energia - Dourados (vi)	—	249	—	—
Cessão de energia - Caetité (vi)	—	91	—	—
Cessão de energia - Borgo (vi)	—	45	—	—
Subtotal	10.944	1.132	—	1.227
Venda de energia - Caetité (vii)	—	193	—	—
Venda de energia - Ametista (vii)	1.939	1.126	—	—
Venda de energia - Dourados (vii)	1.773	1.210	—	—
Venda de energia - Pilões (vii)	1.230	723	—	—
Venda de energia - Pelourinho (vii)	355	289	—	—
Venda de energia - Borgo (vii)	—	193	—	—
Venda de energia - Serra do Espinhaço (vii)	—	193	—	—
Venda de energia - Espição (vii)	—	96	—	—
Venda de energia - Maron (vii)	1.064	590	—	—
Subtotal	6.361	4.613	—	—
Total	17.305	5.745	—	1.227
Energia elétrica comprada para revenda	—	—	—	—
Compra de energia - Caetité (vi)	—	(193)	—	—
Compra de energia - Ametista (vii)	(1.939)	(1.126)	—	—
Compra de energia - Dourados (vii)	(1.773)	(1.210)	—	—
Compra de energia - Pilões (vii)	(1.230)	(723)	—	—
Compra de energia - Pelourinho (vii)	(355)	(289)	—	—
Compra de energia - Borgo (vii)	—	(193)	—	—
Compra de energia - Serra do Espinhaço (vii)	—	(193)	—	—
Compra de energia - Espição (vii)	—	(96)	—	—
Compra de energia - Maron (vii)	(1.064)	(590)	—	—
Compra de energia - AGV IV (iii)	(7.224)	(624)	—	—
Compra de energia - AGV V (iii)	(14.267)	(1.627)	—	—
Compra de energia - AGV VI (iii)	(14.267)	(1.627)	—	—
Subtotal	(42.119)	(8.691)	—	—
VIVEST - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (iv) (nota 17)	19.691	(6.804)	19.691	(6.804)
Resultado financeiro	—	—	—	—
Receta de subarrendamento com partes relacionadas (nota 16)	1.535	1.166	—	—
Despesa de subarrendamento com partes relacionadas (nota 16)	(1.535)	(1.166)	—	—
Total do resultado	(5.123)	(9.750)	19.691	(5.577)

- (i) Contratos de compra e venda de energia proveniente de fonte renovável celebrado entre a Companhia e a AES Tietê Integra. Esses contratos têm período de suprimento de janeiro de 2020 a dezembro de 2024, preço valorado entre R\$185,50 e R\$256,00, volume envolvido de aproximadamente 93,3 MWh e permanecerão em vigor até o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas. Os preços e termos desta transação são efetuados nas mesmas condições às transações realizadas com terceiros.
- (ii) Refere-se aos contratos de subarrendamento de terrenos com suas controladas diretas AGV e Boa Hora. As condições das sublocações estão apresentadas na nota explicativa nº 16 - Passivo de Arrendamento. Os montantes foram reconhecidos no ativo circulante e não circulante, nas rubricas de Outros créditos e contas a receber de partes relacionadas, nos montantes de R\$132 e R\$13.822, respectivamente, totalizando R\$13.954.
- (iii) Refere-se aos contratos de compra e venda de energia celebrado entre a Companhia e as controladas da AGV Solar. Esses contratos têm validade para o ano de 2020 ao preço de R\$190 (reais), atualizados pelo IPCA, e volume envolvido de aproximadamente 19,8 MWh. Os preços e termos desta transação são efetuados nas mesmas condições às transações realizadas com terceiros.
- (iv) A Companhia é parte integrante do Conselho Deliberativo da Funesp, possuindo influência significativa na administração do mesmo. Os detalhes do plano previdenciário estão demonstrados na nota explicativa nº 17.
- (v) Contrato de prestação de serviços entre as controladas AES Tietê Integra e Boa Hora 3, tendo como finalidade a construção de uma subestação para conexão do Complexo Solar Boa Hora, com vigência até dezembro de 2018. Em aditivo firmado em 26 de dezembro de 2018, a vigência deste contrato foi prorrogada. Atualmente, a subestação encontra-se finalizada e energizada.
- (vi) Refere-se ao contrato de compra e venda de energia celebrado entre a Companhia e algumas controladas indiretas do Complexo Alto Sertão II, detalhadas na tabela acima. Os contratos tiveram validade de fevereiro a março de 2019, preço médio de R\$45,28 e volume envolvido de aproximadamente 37,15 MWh. Os preços e termos desta transação são efetuados nas mesmas condições às transações realizadas com terceiros.
- (vii) A partir de fevereiro de 2019, contratos mensais foram firmados, com o objetivo de troca de lastro da Companhia com algumas de suas controladas do Complexo Edício Alto Sertão II, pois estas controladas tiveram redução de garantia física em 2018 e 2019, porém foram mantidos os contratos de venda, resultando em déficit de lastro. Sendo assim, transações de compra e venda foram realizadas, valoradas ao PLD, com volume envolvido de aproximadamente 222,91 MWh de venda e 42,91 MWh de compra, sem efeito financeiro na demonstração consolidada devido às diferenças de preço entre os submercados. As transações de energia foram realizadas em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela CCEE.

29.1 Remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. A remuneração no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Benefícios de curto prazo	7.039	6.256
Benefícios pós-emprego	105	100
Outros benefícios de longo prazo	680	396
Remuneração baseada em ações (i)	510	336
Total	8.334	7.088

(i) Compostos por ações e opções de ações da AES Corp outorgadas à alta administração.

30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

30.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. O CPC 48/IFRS 9 introduziu novas exigências para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável ("impairment") e contabilidade de hedge. A Administração da Companhia e de suas controladas concluíram que a adoção desse novo pronunciamento não trouxe efeitos relevantes sobre suas demonstrações contábeis, apenas resultou em alteração das categorias de ativos e passivos financeiros, conforme descrito abaixo.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

	Notas	Mensuração do valor justo	Consolidado				Categoria
			2020		2019		
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Nível 2	504.874	504.874	31.838	31.838	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	4	Nível 2	1.521.031	1.521.031	1.330.916	1.330.916	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	5		286.571	286.571	355.583	355.583	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	8		174.765	174.765	154.332	154.332	Custo amortizado
Total			2.487.241	2.487.241	1.872.669	1.872.669	
PASSIVO (Circulante e não circulante)							
Fornecedores	13		1.472.805	1.472.805	1.228.330	1.228.330	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15		4.666.873	4.763.086	4.254.945	4.396.910	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos (moeda estrangeira)	15	Nível 2	592.009	592.009	—	—	Valor justo por meio do resultado
Passivo de arrendamento	16		88.211	88.211	62.727	62.727	Custo amortizado
Derivativos - Swap (nota 30.1)	20	Nível 2	8.039	8.039	—	—	Valor justo por meio do resultado
Derivativos - Non-Deliberable Forward (NDP)			—	—	281	281	Valor justo por meio do resultado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			31.360	31.360	38.867	38.867	Custo amortizado
Total			6.859.297	6.955.510	5.585.150	5.727.115	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como valor justo por meio do resultado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e fundo de investimento, os quais são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação. Para a rubrica empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e suas controladas optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Instrumentos derivativos
 Em 29 de dezembro de 2020, com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido à emissão do empréstimo em moeda estrangeira (nota explicativa nº 15.1), emitido nesta mesma data, a Companhia contratou operação de derivativo denominada swap de câmbio, no valor nominal de USD116.122 e valor de referência de R\$600.000, com 50% do vencimento em dezembro de 2024 e 50% em dezembro de 2025. O swap trocou o risco de juros fixo de 1,63% + variação cambial por CDI+1,50 a.a. O derivativo está reconhecido na rubrica de Outras obrigações, no montante de R\$6.039. A variação nas operações contratadas apresentou uma perda de R\$6.039, registrada em resultado financeiro. A Companhia não tem intenção de liquidar esses contratos antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2020, baseado-se no modelo de fluxos futuros a valor presente e, descontados a taxas de mercado, apresentadas pela Bloomberg, a Companhia elaborou uma estimativa de valor de mercado das operações de swap.

Gerenciamento de riscos
 A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima, está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

30.2 Gerenci



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

	Controladora						
	2021	2022	2023	2024	2025	após 2025	Total
Posição em 31 de dezembro de 2020							
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	8.132	8.132	8.132	8.132	8.132	32.527	73.187
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	156.793	156.793	156.793	156.793	156.793	631.147	1.415.112
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	52.679	52.679	52.679	52.679	52.679	210.716	474.111
Encargos de conexão	2.936	2.936	2.936	2.936	2.936	11.745	26.425
Modernização e manutenção de usinas	12.339	5.196	1.020	704	-	-	19.259
Contratos de compra de energia	111.842	370.945	136.885	28.105	-	-	647.777
Total	344.721	596.681	358.445	249.349	220.540	886.134	2.655.870

	Consolidado						
	2021	2022	2023	2024	2025	após 2025	Total
Posição em 31 de dezembro de 2020							
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	10.892	10.892	10.892	10.892	10.892	93.535	147.995
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	177.397	177.397	177.397	177.397	177.397	1.137.983	2.024.968
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	52.679	52.679	52.679	52.679	52.679	210.716	474.111
Encargos de conexão	4.445	4.445	4.445	4.445	4.445	169.818	192.043
Modernização e manutenção de usinas	345.000	555.170	119.206	40.302	55	-	1.059.733
Contratos de compra de energia	111.842	370.945	136.885	28.105	-	-	647.777
Total	702.255	1.171.528	501.504	313.820	245.468	1.612.052	4.546.627

A Companhia não possui garantias prestadas a terceiros e linhas de crédito aprovadas e não sacadas em 31 de dezembro de 2020.

34. INVESTIMENTOS E GASTOS EM MEIO AMBIENTE

Do total de investimentos e despesas com meio ambiente em 2020, R\$13.524 (R\$17.637 em 31 de dezembro de 2019) foram registrados no resultado do exercício e R\$ 2.418 foram registrados como ativo imobilizado. A política de capitalização das despesas é efetuada com base nas instruções gerais do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE.

	Consolidado	
	2020	2019
Licenciamento e programas ambientais	9.740	14.612
Gestão Operacional	10	88
Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	3.678	2.840
Projetos de P&D	96	97
Total	13.524	17.637

A Companhia segue num constante engajamento e responsabilidade com as questões ambientais e busca excelência e embasamento sólido para o planejamento de suas ações.

Em 2020, a Companhia realizou a recertificação do sistema de gestão integrado na ISO 14001:2015 (Meio Ambiente) e na ISO 45001:2018 (Segurança e Saúde do Trabalho), ambas com escopo para usinas hidrelétricas, solares e eólica, garantindo assim a padronização dos processos relacionados à Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente. Além disso, todas as usinas possuem licenças ambientais de operação válidas, emitidas pelos órgãos ambientais competentes.

O engajamento da Companhia na questão das mudanças climáticas tem sido crescente. Em 2020, manteve a publicação do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Registro Público de Emissões, respondeu o relatório CDP (Carbon Disclosure Project) Climate Change e Water Security e o Índice de Sustentabilidade (ISE) da BM&FBOVESPA, reportando informações relativas ao tema.

A Companhia desenvolve projetos que consolidam também seu engajamento nos esforços de restauração e preservação da biodiversidade, sendo eles: a. O programa de manejo de flora o qual garante a produção de 1 milhão de mudas de espécies arbóreas nativas em viveiro próprio, com sementes coletadas em matrizes selecionadas nas bacias hidrográficas onde seus reservatórios estão instalados, mantendo em média a variedade de 120 espécies distintas, garantindo a biodiversidade florestal. O programa ainda auxilia projetos de restauração ecológica através de apoio técnico no diagnóstico das áreas, na indicação de metodologias viáveis e, principalmente, com a doação de mudas de árvores nativas;

b. O programa de repovoamento dos reservatórios que tem como objetivo manter a biodiversidade da ictofauuna nos reservatórios, bem como garantir a continuidade da atividade pesqueira pelas comunidades ribeirinhas. Dessa forma, mantém uma meta anual de produção de 2,5 milhões de alevinos de espécies nativas do rio Tietê nas unidades de hidrobiologia e aquicultura, localizadas na Usina Hidroelétrica Promissão e na Usina Hidroelétrica Barra Bonita, promovendo a reprodução de seis espécies nativas (pacu-guaçu, curimbatá, dourado, piracajuba, tabarana e piapara), observadas durante o período da piracema (movimento migratório dos peixes em retorno às nascentes), as quais vêm apresentando registros de recuperação da população nos reservatórios;

c. O programa de monitoramento da qualidade da água é essencial para o entendimento da estrutura e funcionamento desses ecossistemas aquáticos e das variações espaciais e temporais de longo prazo, buscando verificar a produtividade biológica dos reservatórios, estado trófico e a qualidade da água, através da avaliação das variações sazonais de parâmetros físicos, químicos e biológicos;

d. O programa de monitoramento e conservação da fauna tem como objetivo caracterizar a fauna terrestre (mamíferos, aves, répteis e anfíbios), para a compreensão da situação atual, permitindo a avaliação das populações e do ecossistema.

O monitoramento e controle das bordas de reservatórios são realizados através de inspeções contínuas pela equipe técnica do Centro de Monitoramento de Reservatórios (CMR), através de sistema de detecção de mudanças, imagens de satélite, levantamentos aerofotogramétricos e fiscalizações de campo com equipe técnica especializada. O CMR utiliza sistemas e equipamentos de última geração, para mapeamento e cadastramento em campo, como sistema GIS e drones. O processo de restauração das bordas dos reservatórios vem sendo realizada por meio de reflorestamentos e pela remoção de ocupações irregulares. Critérios mais restritivos vêm sendo inseridos nos contratos de promessa e de uso de bordas de reservatórios, com base na legislação ambiental pertinente e ainda visando à prevenção de processos de degradação e poluição ambiental.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Memorando de entendimento para fornecimento de energia
 Em 12 de janeiro de 2021, conforme fato relevante, a Companhia firmou com a Companhia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa S.A. ("Ferbasa") um Memorando de Entendimento para o fornecimento, pela Companhia, de 80MW médios pelo prazo de 20 anos, com entrega de energia a partir de 2024. O acordo prevê a construção de um parque eólico, que será desenvolvido no Complexo Eólico Cajunã, no Estado do Rio Grande do Norte, com início de construção esperado para 2021. O Projeto possui 165MW de capacidade eólica instalada, equivalentes a 92MW médios de energia assegurada à P50.

Acordo de Compra e Venda de Energia ("PPA")
 Em 17 de fevereiro de 2021, conforme fato relevante, a Companhia firmou um PPA com a MINASLIGAS S.A. ("MINASLIGAS") para o fornecimento pela Companhia de 21 MW médios pelo prazo de 20 anos, com entrega de energia a partir de 2023.

O acordo prevê a construção de um parque eólico, que será desenvolvido no Complexo Eólico Cajunã, no Estado do Rio Grande do Norte, com início de construção esperado para 2021. O Projeto possui 46 MW de capacidade eólica instalada, equivalentes a 25 MW médios de energia assegurada à P50.

Liquidação Débitos oriundos do GSF
 Em dezembro de 2020, conforme descrito nas notas 2, 13 e 30.2 (c.1), a Companhia protocolou petição de desistência da linha relativa ao GSF e, então, se apresentou voluntariamente junto à CCEE para pagamento dos débitos oriundos do GSF, efetuando o pagamento espontâneo em janeiro de 2021 do débito líquido no MCP referente ao mês de novembro, no montante de R\$1.308.698.

Aprovação da venda da AES Inova Soluções de Energia Ltda.
 Em 24 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a venda de 100% das quotas, com direito de voto, representativas do capital social de sua controlada direta, a AES Inova Soluções de Energia Ltda., e suas respectivas subsidiárias, a AES Tietê Inova Soluções de Energia I Ltda. e a AES Tietê Inova Soluções de Energia II Ltda.. Desta forma, a partir desta data, o investimento nestas empresas passou a ser classificado como ativo não circulante mantido para venda.

A assinatura do contrato de compra e venda está prevista para o primeiro trimestre de 2021 e a conclusão da operação para o segundo trimestre de 2021 após cumprimento das condições precedentes usuais a esse tipo de operação.

Destinação do resultado
 Em reunião de 24 de fevereiro de 2021, a Diretoria encaminhou para aprovação do Conselho de Administração, a ser realizada nesta mesma data, proposta de destinação do resultado de 2020 para aprovação em AGO, prevista para ocorrer em 30 de abril de 2021, conforme a seguir: (i) aumento de capital proposto, no montante de R\$210.340; e (ii) constituição de reserva de investimento com base em orçamento de 2020, no montante de R\$362.813.

Adicionalmente, o Conselho de Administração aprovou os dividendos intermediários, no montante de R\$7.942, correspondente a R\$0,00397941796 por ação ordinária e preferencial e R\$0,0198970898 por unit.

Proposta de Orçamento de Capital
 Prezados Acionistas,
 A Administração da AES Tietê Energia S.A. ("Companhia"), para fins do disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, submeterá à apreciação de Vossas Senhorias, na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2021, a seguinte proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2021 ("Orçamento de Capital"):

A retenção do montante de **R\$362.812.807,59**, relativo ao resultado do exercício social de 2020, a título de reserva de investimento com base em orçamento de capital com a finalidade de subsidiar o projeto de crescimento da Companhia, conforme previsto no Plano de Negócios aprovado pela diretoria em 18 de fevereiro de 2021, consideradas também as projeções realizadas para os negócios no corrente ano e o cenário macroeconômico do país. Caso aprovada pela assembleia geral, referida retenção será realizada pelo prazo de até um ano, sendo prorrogada ou revertida caso se faça necessário por deliberação dos acionistas.

Por fim, informa a Administração que a destinação ora proposta está refletida nas Demonstrações Financeiras, as quais serão amplamente divulgadas nos termos da legislação vigente.

Considerando as razões acima expostas, propomos a deliberação da presente proposta de Orçamento de Capital.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Julian Jose Nebreda Marquez (Presidente)	Susan Pasley Keppelman Harcourt - Conselheiro Efetivo	Charles Lenzi - Conselheiro Efetivo	Franklin Lee Feder - Conselheiro Efetivo
Leonardo Eleutério Moreno (Vice-Presidente)	Francisco Jose Morandi Lopez - Conselheiro Efetivo	Krista Sweigart - Conselheiro Efetivo	Denise Duarte Damiani - Conselheira Efetiva
	Berned Raymond da Santos Ávila - Conselheiro Efetivo	Paulo Roberto Oliveira de Lima - Conselheiro Efetivo	Felipe Agostini Silva - Conselheiro Efetivo

DIRETORIA

CONTADOR

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi Diretora Presidente	Carlos Renato Xavier Pompermaier Diretor Vice-Presidente	Hugo Satoru Nagae CRC 1SP329701/O-6
--	--	---

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da AES Tietê Energia S.A. ("Companhia"), dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, com base nos seus trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício e nas informações e esclarecimentos dos auditores independentes e considerando, ainda, o Relatório da KPMG Auditores Independentes, opina que as demonstrações contábeis e correspondentes notas explicativas, o relatório da administração e a proposta da administração da Companhia para a destinação do resultado (conforme detalhado abaixo), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em todos os seus aspectos relevantes, estão em condições de disponibilizados para apreciação dos acionistas da Companhia, quando da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária prevista para ocorrer em 30 de abril de 2021. Proposta de Destinação do Resultado da Administração: Após análise do fluxo de caixa e projeções financeiras nos diversos cenários, opinaram favoravelmente, por unanimidade de votos, nos termos informados pela Sra. Clarissa Della Nina Sadock Accorsi, a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante total de R\$7.941.058,27, sendo R\$0,00397941796 por ação ordinária e preferencial, equivalente a R\$0,01989708975 por cada unit de emissão da Companhia. Conforme apurado no balanço patrimonial da Companhia levantado em 31 de dezembro de 2020, o lucro líquido acumulado no exercício social de 2020 é de R\$848.020.587,94 e neste montante é adicionado (i) o valor relativo à realização do ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$55.756.163,27; (ii) ajustado pelo acréscimo de dividendos e juros sobre capital próprio prescritos no valor de R\$185.883,69; e (iii) subtraído o montante já destinado em 2020 a título de dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio, no total de R\$322.868.491,93, perfaz um lucro líquido ajustado total de R\$581.094.142,97. Neste momento, desconsiderou-se (iv) o montante de R\$210.340.277,12 submetido à assembleia para aumento de capital proposto; e (v) o montante de R\$ 362.812.807,59 retido a título de reserva de investimento com base em orçamento de capital. Em reunião de 24 de fevereiro de 2021, a Diretoria encaminhou para aprovação do Conselho de Administração, a ser realizada nesta mesma data, proposta de destinação do resultado de 2020 para aprovação em AGO, prevista para ocorrer em 30 de abril de 2021, conforme a seguir: (i) constituição de reserva de investimento, no montante de R\$362.812.807,59, com base em orçamento de capital com a finalidade de subsidiar o projeto de crescimento da Companhia, conforme Plano de Negócios aprovado pela Diretoria em 18 de fevereiro 2021, consideradas também as projeções realizadas para os negócios no corrente ano e o cenário macroeconômico do país; e (ii) aumento de capital proposto, no montante de R\$210.340.277,12. Caso aprovada pela assembleia geral, a referida reserva de investimentos será realizada pelo prazo de até um ano, sendo prorrogada ou revertida caso se faça necessário por deliberação dos acionistas.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021

Mário Shinzato	Raimundo Cláudio Batista	Robert Juennemann	Luis Eduardo Frisoni Junior	Paulo Roberto Beletani Brandão
-----------------------	---------------------------------	--------------------------	------------------------------------	---------------------------------------

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

AES Tietê Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião
 Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da AES Tietê Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da AES Tietê Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, consolidada, da AES Tietê Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração de aquisições de ativos

Veja as Notas 10. Investimento e 11. Imobilizado, das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu o processo de aquisição dos ativos do Complexo Eólico Tucanos e do Complexo Eólico Ventus. A transação foi contabilizada pela Companhia como aquisição de ativos conforme CPC 15/IFRS 3 e CPC 27/IAS 16. Esse tema foi considerado significativo para a nossa auditoria devido ao alto grau de julgamento envolvido na determinação do tratamento contábil aplicando o conceito de definição de negócio e na avaliação das premissas utilizadas na determinação dos valores justos utilizados para alocação dos custos dos ativos adquiridos, incluindo dentre outras, as taxas de desconto e as projeções de fluxo de caixa.

Como auditoria endereçou esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos chave relacionados ao processo de reconhecimento e mensuração da aquisição de ativos;
- Avaliação da classificação contábil adotada pela Companhia para cada aquisição realizada de acordo com os critérios de definição de negócio, especificamente, o teste de concentração dos ativos e a avaliação se o conjunto de atividades e ativos adquiridos possui ou não *inputs, processos e outputs* significativos na data de aquisição dos ativos;
- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade das premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto e projeções de fluxo de caixa, incluindo comparação das premissas utilizadas com informações de mercado, e análise de sensibilidade, bem como os impactos de possíveis mudanças nas referidas taxas;
- Análise, com o auxílio dos nossos especialistas em avaliação de ativos fixos, dos valores justos dos ativos imobilizados adquiridos;
- Avaliação das divulgações sobre o assunto nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequado o reconhecimento e mensuração dos ativos adquiridos, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Resarcimento dos riscos não hidrológicos do Generation Scaling Factor - GSF e direito de extensão da concessão (intangível)

Veja a Nota 2 e 12- Intangível das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

Em 08 de setembro de 2020, o Governo Federal promulgou a Lei nº 14.052/2020, com a finalidade de repactuar o GSF para as geradoras que atuam no Ambiente de Contratação Livre - ACL. Em 1º de dezembro de 2020, como resultado da Consulta Pública, a Diretoria da ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 895/2020, a qual regulamentou a respectiva Lei. Como resultado da Lei 14.052/2020 e Resolução Normativa 895/2020, a Companhia decidiu por essa repactuação. Como consequência, a Companhia: (i) liquidou integralmente o saldo do GSF a pagar; (ii) desistiu judicialmente e em caráter permanente de suas ações judiciais relacionadas ao GSF; (iii) e assinará termo aditivo de contrato de concessão, que dentre outros efeitos, assegura uma extensão média do prazo de suas concessões em aproximadamente 2,6 anos, nos quais os impactos contábeis foram registrados em 31 de dezembro de 2020, por meio de uma adição ao ativo intangível no montante de R\$ 946.957 mil, em contrapartida de uma recuperação de gastos operacionais do GSF. Esse tema foi considerado como o principal assunto de auditoria, uma vez que envolve montantes relevantes, além de estimativas também relevantes de taxa de desconto, em relação ao reconhecimento e mensuração do valor justo dos ativos intangíveis.

Como auditoria endereçou esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Avaliação das principais premissas e dados utilizados no cálculo da estimativa do valor justo relacionado a extensão da concessão efetuada pela Companhia, bem como, comparação dos dados utilizados no incremento de extensão do prazo de concessão com as informações publicadas na Lei 14.052/2020, Resolução Normativa 895/2020 publicada pela ANEEL e cálculo prévio realizado pela CCEE durante o exercício de 2020;
- Análise, com auxílio dos nossos especialistas tributários sobre os efeitos tributários (Imposto de Renda e Contribuição Social diferido passivo);
- Recálculo da atualização monetária, base para determinação do período de extensão da concessão, com base nos montantes e coeficientes disponibilizados na Lei 14.052/2020 e Resolução Normativa 895/2020 publicada pela ANEEL; e
- Avaliação das divulgações sobre o assunto nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequado o reconhecimento e a mensuração ao valor justo do ativo intangível no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da AES TIETÊ ENERGIA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi Diretora-Presidente	Carlos Renato Xavier Pompermaier Diretor Vice-Presidente
--	--

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da AES TIETÊ ENERGIA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi Diretora-Presidente	Carlos Renato Xavier Pompermaier Diretor Vice-Presidente
--	--



KPMG
 KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
 Contador CRC 1SP245014/O-2